

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

Conflito da coisa julgada no tempo

Luís Felipe Espindola Gouvêa

Florianópolis  
2012

Luís Felipe Espindola Gouvêa

Conflito da coisa julgada no tempo

Trabalho de Conclusão apresentado ao  
Curso de Graduação em Direito da  
Universidade Federal de Santa Catarina,  
como requisito à obtenção do título de  
Bacharel em Direito.

Orientador: Eduardo de Mello e Souza

Florianópolis

2012



*À minha mãe, Aldair Marília Espindola Gouvêa e  
a meu pai, Evaristo Paulo Gouvêa*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais, Aldair Marília Espindola Gouvêa e Evaristo Paulo Gouvêa, e ao restante da família. Menção honrosa a Lúcia de Bem Gouvêa e José Guilherme de Bem Gouvêa pelo valioso apoio logístico. Também a Camille Figueiredo Vieira e aos amigos, representados aqui por Bernardo Wildi Lins e Leandro Antonio Godoy Oliveira, colegas de *front* no sempre surpreendente EMAJ da UFSC. Aos professores que me acompanharam durante o curso, em especial Eduardo de Mello e Souza, pelas impactantes aulas na graduação e inestimável orientação na feitura deste trabalho. E não poderia deixar de mencionar Paulo Afonso Malheiros Cabral, Ruy Samuel Espíndola e Rodrigo Valgas dos Santos, meus guias no caminho da advocacia.

## RESUMO

O presente trabalho é direcionado ao estudo do conflito de coisas julgadas no tempo. Após fixar-se os conceitos iniciais, estudou-se a coisa julgada como questão no processo em andamento, uma vez que o conflito de julgados pressupõe a sucessão no tempo de dois provimentos judiciais que guardem pontos de atrito entre si. Buscou-se delimitar o modo pelo qual a cognição da autoridade da coisa julgada anterior influencia na resolução da lide, surgindo ora como questão prejudicial, ora como questão preliminar no processo. Apesar do CPC propiciar os meios para que se evite o conflito de julgados, pelo que a violação à coisa julgada pode ser reconhecida a qualquer tempo e de ofício, é inafastável a condição de que o ponto seja apreciado pelo julgador no processo, e a responsabilidade por trazer a discussão aos autos cabe, em última análise, somente aos sujeitos processuais envolvidos. Transitando em julgado sentença ofensora à coisa julgada, resta somente o manejo da Ação Rescisória (art. 485, IV, do CPC), que é meio apto a solucionar o conflito pela desconstituição da última sentença. Decaído o direito à rescisão (art. 495, CPC), no entanto, coexistem duas coisas julgadas possivelmente antagônicas no tempo sem meio adequado à desconstituição da segunda. Nesse caso, pelas razões expostas no trabalho, concluiu-se pela prevalência desta em relação à primeira.

**Palavras-chave:** Coisa julgada, conflito, prejudicialidade, prejudiciais e preliminares, ação rescisória, ofensa à coisa julgada.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	8
1 A COISA JULGADA .....	9
1.1 Segurança jurídica e coisa julgada.....	9
1.2 O valor constitucional da coisa julgada .....	12
1.3 Regime jurídico da coisa julgada.....	14
1.3.1 Natureza jurídica da coisa julgada .....	15
1.3.2 Coisa julgada material e coisa julgada formal .....	20
1.3.3 Limites da coisa julgada .....	24
1.3.4 Funções da coisa julgada.....	31
2 A COISA JULGADA COMO QUESTÃO NO PROCESSO .....	35
2.1 A exceção de coisa julgada ( <i>exceptio res judicatae</i> ).....	35
2.2 As questões prévias .....	37
2.2.1 A questão prejudicial .....	39
2.2.2 A questão preliminar .....	44
2.3 A autoridade da coisa julgada como questão prévia .....	48
3 O CONFLITO DE COISAS JULGADAS NO TEMPO .....	51
3.1 Diagnóstico do conflito .....	51
3.2 A resolução do conflito .....	55
3.3 Escolha da coisa julgada prevalente .....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	65
REFERÊNCIAS.....	68

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo o estudo do conflito de coisas julgadas no tempo e suas implicações no sistema processual.

Inicialmente, no Capítulo 1, serão explorados os principais aspectos do instituto da coisa julgada, buscando fixar os conceitos necessários ao desenvolvimento do tema: o regime jurídico da coisa julgada, sua natureza jurídica, limites e funções, ladeado ainda pelo estudo de sua relação com o princípio da segurança jurídica e a extensão e abrangência de sua proteção constitucional.

O conflito de coisas julgadas pressupõe, no mínimo, a existência de dois provimentos judiciais imutabilizados. Um primeiro, tomado acerca de qualquer objeto litigioso; e um segundo, que com o objeto do primeiro guarde ponto de atrito. A segunda coisa julgada se formará em processo diferente e, sobretudo, posterior ao primeiro, de forma que é condição lógica da formação do conflito, a inobservância, pelo julgador do segundo processo, da autoridade da coisa julgada anterior.

Para que se compreenda o modo como surge este conflito, no Capítulo 2 estudar-se-á a autoridade da coisa julgada como questão no processo. Toda violação à coisa julgada constitui ponto sobre o qual o magistrado deve se pronunciar, evitando, de plano, o surgimento do conflito de coisas julgadas.

O Código de Processo Civil propicia meios aptos a resguardar a estabilidade das decisões judiciais, no entanto, para que a coisa julgada ameaçada por processo em andamento se mantenha firme, é inafastável a condição de que a questão seja apreciada pelo julgador. E a responsabilidade por trazer essa discussão ao processo, cabe, em última análise, apenas aos sujeitos processuais. Se por ventura a violação à coisa julgada não for levantada no processo, sobre ela nenhuma palavra for dita, e sobrevier sentença que confronte julgamento anterior, o conflito de julgados estará invariavelmente instaurado.

Por conta disso, a contrariedade de julgados foi tema com que o ordenamento jurídico teve de se familiarizar. E isso será objeto do Capítulo 3, quando tratar-se-á propriamente das formas de conflito de coisas julgadas no tempo e os meios processuais para sua resolução.



## 1 A COISA JULGADA

### 1.1 Segurança jurídica e coisa julgada

A segurança é elemento fundamental para a própria configuração do fenômeno jurídico.<sup>1</sup> Difícil imaginar um sistema jurídico que se sustente sem estar fundado em um valor mínimo de segurança nas relações entre seus cidadãos. Por isso, desde cedo se considerou a segurança jurídica elemento constitutivo do próprio Estado de Direito.<sup>2</sup>

Por isso, o valor segurança possui, em si, importante relevo lógico-jurídico, independente do direito positivo, das condições sócio-econômicas ou do regime político adotado para que se destaque como princípio fundamental de qualquer ordem jurídica.<sup>3 e 4</sup>

Conforme leciona CANOTILHO, a segurança jurídica é elemento essencial do princípio do Estado de Direito, e suas ideias nucleares desenvolvem-se a partir de dois conceitos: (I) a estabilidade, donde as decisões estatais, uma vez adotadas, na forma e procedimento legalmente exigidos, não devem ser arbitrariamente alteradas, sendo possível sua modificação apenas quando presentes pressupostos materiais particularmente relevantes; e (II) a previsibilidade, que, fundamentalmente, conduz à exigência de certeza e calculabilidade, por parte dos cidadãos em relação aos efeitos jurídicos dos atos normativos.<sup>5</sup>

Luiz Guilherme MARINONI ensina que:

---

<sup>1</sup> TALAMINI, 2005, p. 65-66.

<sup>2</sup> CANOTILHO, 1993, p. 371.

<sup>3</sup> TALAMINI, 2005, p. 65.

<sup>4</sup> “Curioso e oportuno é observar-se que o valor segurança vem dando lugar, de modo suave e paulatinamente, aos valores justiça e efetividade. Um primeiro sintoma deste fenômeno pode ser identificado na criação do instituto do julgamento antecipado da lida, pelo legislador de 1973. Recentemente, observam-se tendências ao afastamento da regra do *pacta sunt servanda*, tanto no plano da jurisprudência, quanto no do direito positivo e uma maior frequência de decisões em que se aplica a casos concretos a teoria da imprevisão. A possibilidade generalizada de se adiantarem à parte os efeitos ou parte dos efeitos da tutela pretendida (art. 273 do CPC), bem como o novo regime da execução provisória, em que se permitem atos de alienação, demonstram de forma absolutamente inequívoca que esta tendência se tem refletido tanto nos rumos da jurisprudência quanto na conduta do legislador.” (WAMBIER, 2003, p. 12.)

A segurança jurídica pode ser analisada em duas dimensões, uma objetiva e outra subjetiva. No plano objetivo, a segurança jurídica recai sobre a ordem jurídica objetivamente considerada, aí importando a irretroatividade e a previsibilidade dos atos estatais, assim como o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada (art. 5º, XXXVI, CF). Em uma perspectiva subjetiva, a segurança jurídica é vista a partir do ângulo dos cidadãos em face dos atos do Poder Público.<sup>6</sup>

A **perspectiva subjetiva** referida pelo autor diz respeito ao **princípio da proteção da confiança**, ilustrado por CANOTILHO na ideia de o cidadão poder confiar em que aos seus atos privados ou às decisões públicas incidentes sobre seus direitos, praticados ou tomadas de acordo com as normas vigentes, se ligam efeitos jurídicos duradouros, previstos e calculados com base nas mesmas normas que os embasaram.<sup>7</sup>

Já o princípio da segurança jurídica **objetivamente considerado**, ainda no entendimento de MARINONI, corrobora em si a **irretroatividade** dos atos emanados do Estado.

Como nos explica André Ramos TAVARES, “a retroatividade das leis desmente a confiança que se teria de depositar no ordenamento jurídico, sendo causadora direta de grave insegurança jurídica.”<sup>8</sup> No entanto, diferentemente de outras democracias modernas como os EUA, a França e o México<sup>9</sup>, a Constituição Federal brasileira não vedou a retroatividade normativa em sua completude, proibindo sua incidência apenas em matéria penal (art. 5º, XXXIX e XL, da CF) e, em seu art. 5º, XXXVI, da CF, em relação ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada.

A regra do inciso XXXVI remonta à Constituição de 1934 que já possuía dispositivo com a mesma redação<sup>10</sup>. Com exceção da carta de 1937, que não previu

---

<sup>5</sup> CANOTILHO, 1993, p. 380-381.

<sup>6</sup> MARINONI, 2008, p. 65-66.

<sup>7</sup> CANOTILHO, 1993, p. 373.

<sup>8</sup> TAVARES, 2012, p. 767.

<sup>9</sup> “A análise de Direito Constitucional comparado permite concluir que algumas constituições vedam peremptoriamente a retroatividade das leis. Assim, a Constituição dos EUA, em seu art. 1º, seção 5ª, determina: ‘O Congresso não poderá editar nenhuma lei com efeito retroativo’, o que vale para os Estados-membros (art. 1º, seção 10). Na Constituição francesa de 1795 encontrava-se insculpida idêntica diretriz geral. O mesmo se encontra na Constituição mexicana, de 1948, que em seu art. 14 determinou: ‘A nenhuma lei se conferirá efeito retroativo’.” (TAVARES, 2012, p. 767.)

<sup>10</sup> Diz o art. 113, 3, da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934: “Art 113 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos

garantia nesse sentido, todas as seguintes Constituições da República reproduziram a regra em iguais termos<sup>11</sup>.

É certo que a intangibilidade da coisa julgada contra a lei retroativa constitui manifestação do princípio da segurança jurídica no âmbito dos atos jurisdicionais, sendo, nos dizeres de CANOTILHO, “subprincípio inerente ao princípio do Estado de direito na sua dimensão de princípio garantidor de certeza jurídica.”<sup>12</sup>

Luiz Guilherme MARINONI arremata que “o processo estatal não teria sequer sentido se não produzisse uma decisão definitiva, ou seja, uma decisão que não pode mais ser questionada pelas partes e modificada por qualquer dos setores do poder do Estado.”<sup>13</sup>

A coisa julgada, portanto, tutela o princípio da segurança jurídica em sua dimensão objetiva no estrito campo da jurisdição, deixando claro que as decisões judiciais são definitivas e imodificáveis<sup>14</sup>, se preenchidos determinados requisitos explanados mais a frente neste Capítulo.<sup>15</sup>

No entanto também é certo que o instituto da coisa julgada exerce influência sobre o aspecto subjetivo da segurança (princípio da proteção da confiança) uma vez que garante ao cidadão que, uma vez produzida a coisa julgada, nada mais poderá alterar a decisão - exceto em situações absolutamente excepcionais -, qualificando o ato judicial como digno de confiança.<sup>16</sup> Afinal, como escreve Humberto ÁVILA:

É a garantia da coisa julgada que ampara, relativamente às decisões judiciais, a segurança das partes (que não querem ver excluídos seus direitos já confirmados), da sociedade (que não tolera a falta contínua de coordenação entre os cidadãos) e do próprio Poder Judiciário (que não pode infinitamente voltar a decidir a respeito de questões sobre as quais já tenha se pronunciado).<sup>17</sup>

---

concernentes à liberdade, à subsistência, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: (...) 3) A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.”

<sup>11</sup> Art 141, § 3º, da Constituição de 1946; art. 150, § 3º, da Constituição de 1967 e Art. 153, § 3º, da Emenda Constitucional n. 1 de 1969.

<sup>12</sup> CANOTILHO, 1993, p. 380-381.

<sup>13</sup> MARINONI, 2008, p. 59.

<sup>14</sup> MARINONI, 2008, p. 67-68.

<sup>15</sup> Conferir Item “**1.3.2 – Coisa julgada material e coisa julgada formal.**”

<sup>16</sup> MARINONI, 2008, p. 67-68.

<sup>17</sup> ÁVILA, 2008, p. 124.

Em suma, a coisa julgada, reconhecida e protegida pela Constituição Federal (art. 5º, XXXVI), é legítima manifestação do princípio da segurança jurídica, que, por sua vez, constitui elemento essencial ao próprio Estado de Direito. A imodificabilidade das decisões conferida pelo instituto configura verdadeiro exemplo de tutela da confiança dos cidadãos nos atos emanados do Estado.

## 1.2 O valor constitucional da coisa julgada

Assentada a finalidade essencial da coisa julgada de concretizar o princípio da segurança jurídica na jurisdição, passa-se a esmiuçar a forma e abrangência da proteção constitucional conferida ao instituto.

Lê-se do artigo 5º, XXXVI, da CF que “a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a **coisa julgada**.” Inicialmente, não se pode furtar a destacar que do dispositivo podem advir diversas interpretações igualmente valiosas acerca de sua eficácia.

Observa-se que o vocábulo “coisa julgada” como colocado no inciso XXXVI refere-se tanto à coisa julgada em concreto como à coisa julgada em abstrato. É dizer, tanto se está a proteger o caso julgado que envolve direitos subjetivos, como o próprio instituto da coisa julgada considerado objetivamente no ordenamento.

Quanto à coisa julgada em concreto, é descabido que a lei modifique ou prejudique qualquer decisão judicial acobertada pela coisa julgada. Ocorrendo tal ingerência, é flagrante o desrespeito à garantia constitucional expressa no art. 5º, XXXVI, e a declaração de inconstitucionalidade da lei é medida que se impõe.

Já tratando-se da coisa julgada objetivamente considerada, a discussão torna-se mais complexa. Nos termos literais do art. 5º, XXXVI, a preocupação de tutela do dispositivo parece ser a irretroatividade da lei (que no caso da coisa julgada redundaria na proteção de direitos subjetivos<sup>18</sup>, já mencionada), e não propriamente os institutos ali elencados.<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> É a opinião de Manoel Gonçalves FERREIRA FILHO que escreve que: “Destarte, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada são respeitados como fontes de direitos subjetivos adquiridos. O

No entanto, não há como deixar de conferir relevância constitucional à coisa julgada. Interpretar o art. 5º, XXXVI, no sentido único de obstruir a retroatividade das leis é reduzir o dispositivo a mero mecanismo instrumental<sup>20</sup>. A coisa julgada, em verdade, corrobora em si *status* de garantia constitucional. “Qualquer lei que diga que uma decisão, proferida em processo em que todos os argumentos puderam ser apresentados, pode ser revista pelo Poder Judiciário, não acatada pelo Poder Executivo, ou alterada ou modificada pelo Poder Legislativo, é uma lei inconstitucional.”<sup>21</sup>

Mesmo supondo que pudesse subsistir sistema jurídico sem a imutabilidade das decisões, a Constituição Federal brasileira impõe a premissa de que o modelo processual jurisdicional do país contemplará a coisa julgada.<sup>22</sup> inclusive obstando a deliberação acerca de Emenda Constitucional tendente a sua abolição<sup>23</sup>, conforme art. 60, §4º, IV, da CF.

Pela proteção da coisa julgada, além da segurança jurídica, também é prestigiada a eficiência e a racionalidade da Administração na produção das decisões judiciais<sup>24</sup>, evitando a repetição da atividade administrativa sobre o mesmo objeto, que ocorreria caso as decisões pudessem ser revistas a qualquer tempo.

Ainda, se não é dada ao Legislador federal a faculdade de suprimir a coisa julgada, muito menos pode o aplicador da lei. É o que esclarece Luiz Guilherme MARINONI:

A coisa julgada expressa a necessidade de estabilidade das decisões judiciais, vistas como atos de positivação do poder, motivo pelo qual, se há sentido em garantir a sua imodificabilidade diante do Legislativo, é mais evidente ainda a imprescindibilidade de se tutelar a sua irretroatividade em relação ao Judiciário. Se a decisão judicial, embora inviolável pelo Legislativo, pudesse ser livremente negada exatamente por aquele que a produziu, não existiria a segurança jurídica indispensável ao Estado de Direito.<sup>25</sup>

---

fundamental, pois, é a proteção destes para a segurança das relações jurídicas.” (FERREIRA FILHO, 2008, p. 306)

<sup>19</sup> TALAMINI, 2005, p. 50.

<sup>20</sup> TALAMINI, 2005, p. 50.

<sup>21</sup> MARINONI, 2008, p. 69.

<sup>22</sup> TALAMINI, 2005, p. 52.

<sup>23</sup> NERY JUNIOR, 2010, p. 52.

<sup>24</sup> TALAMINI, 2005, p. 52.

<sup>25</sup> MARINONI, 2008, p. 69.

Como destaca Eduardo TALAMINI, “não faria sentido limitar a atividade do legislador para o fim de proteger a coisa julgada e, ao mesmo tempo, deixar o aplicador da lei livre para agir como bem entendesse.”<sup>26</sup> Tal hipótese implicaria em violação ao princípio da legalidade (art. 5º, II, da CF).

Doutro norte, cabe ao legislador infraconstitucional a definição do regime jurídico da coisa julgada.<sup>27</sup> É importante que a lei defina o campo de incidência, as condições para formação, os limites objetivos e subjetivos, meios de sua revisão e afastar sua incidência em hipóteses excepcionais, como destacam MEDINA e WAMBIER: “Não se deve, portanto, superestimar a proteção constitucional à coisa julgada, tendo-a como algo absoluto. Pode o sistema jurídico prever situações em que *não ocorre* coisa julgada, bem como casos em que, embora tenha ocorrido a coisa julgada, possa esta ser desconstituída.”<sup>28</sup>

Um meio de desconstituição da coisa julgada previsto na Constituição Federal e tutelado pela legislação infraconstitucional é o da Ação Rescisória, que será melhor explorada em item próprio mais a frente<sup>29</sup>.

### 1.3 Regime jurídico da coisa julgada

A “coisa julgada”, como a própria estrutura da expressão nos remete, designa o bem julgado (*res iudicatae*), “ao caso sobre que as partes litigaram em juízo depois de estar a demanda solucionada pela sentença que houver acolhido ou rejeitado o pedido do autor.”<sup>30</sup> Como ensina Egas Moniz de ARAGÃO, tal bem pode referir-se tanto a uma “coisa” propriamente, quanto a um “direito”, sendo na verdade qualquer “bem da vida” discutido em juízo.<sup>31</sup>

Contudo, a expressão coisa julgada não corresponde apenas ao julgamento da *res*, corroborando também a própria *autoridade da coisa julgada*, em

---

<sup>26</sup> TALAMINI, 2005, p. 51.

<sup>27</sup> TALAMINI, 2005, p. 52.

<sup>28</sup> WAMBIER, 2006, p. 303.

<sup>29</sup> Conferir item “3.2 Resolução do conflito”.

<sup>30</sup> ARAGÃO, 1992, p.192.

<sup>31</sup> ARAGÃO, 1992, p.192.

expressão cunhada por LIEBMAN, que é o que torna imutável a sentença, quando esgotadas as faculdades de contra esta recorrer.<sup>32</sup>

Como escreveu José Carlos Barbosa MOREIRA:

Na vida da sentença há, pois, uma linha divisória, que ela atravessa no momento em que transita em julgado. A relevância dessa travessia é acidental e contingente no que respeita à eficácia da sentença: será maior ou menor, por tal ângulo, conforme a opção do direito positivo quanto ao instante em que hão de começar a produzir-se os efeitos sentenciais. [...]. Por outro prisma, contudo, aquela passagem tem sempre relevância capital; com ela se vira, por assim dizer, página decisiva na história da sentença: encerra-se um capítulo em que esta engatinhava sob o signo da precariedade e a constante ameaça de aniquilamento, e abre-se outro em que o seu ser já ostenta a consistência das coisas sólidas e duradouras.<sup>33</sup>

No decorrer deste item serão delineados os principais aspectos necessários à compreensão do regime jurídico da coisa julgada no sistema processual brasileiro no que tange aos estritos limites desta monografia.

### 1.3.1 Natureza jurídica da coisa julgada

Discussão que chamou atenção da moderna doutrina processual no último século gira em torno da natureza jurídica da coisa julgada, e de como esta se relaciona com a sentença, seja como efeito, qualidade, situação jurídica ou simples condição que a esta se amolda.

No início do século XX, escreveu Giuseppe CHIOVENDA que a coisa julgada poderia ser conceituada como a “eficácia própria da sentença que acolhe ou rejeita a demanda.”<sup>34</sup> Tal eficácia dotaria a sentença de condição de imutabilidade que obstaría qualquer rediscussão acerca do bem da vida (*res*) posto sob análise judicial, desde que tenha-se chegado à solução de mérito. A autoridade da coisa julgada seria, dessa forma, “destinada a agir no futuro com relação aos futuros processos”<sup>35</sup>. O processualista italiano concebeu a coisa julgada como efeito da sentença, em condição análoga a dos demais efeitos do pronunciamento judicial.

---

<sup>32</sup> ARAGÃO, 1992, p. 194.

<sup>33</sup> MOREIRA, 1983, p. 31.

<sup>34</sup> CHIOVENDA, 1998, p. 452.

<sup>35</sup> CHIOVENDA, 1998, p. 452.

LIEBMAN pontuou a incoerência desta linha de raciocínio justamente por incorrer no erro lógico de tratar como fenômenos de mesma espécie institutos diversos<sup>36</sup>:

Indicando na coisa julgada um efeito da sentença e distinguindo-lhe o eventual efeito constitutivo ou condenatório, exclui ela da autoridade do julgado estes últimos e os torna independentes desta, o que quer dizer que a despoja daquela característica intangibilidade de que a lei quis muni-los quando conferiu a autoridade da coisa julgada indistintamente a todas as sentenças que decidem a demanda.<sup>37</sup>

A teoria de CHIOVENDA não seria satisfatória porque vincularia a coisa julgada a própria eficácia declaratória da sentença, ignorando a existência de eventuais efeitos condenatórios e constitutivos que, portanto, não seriam acobertados pela autoridade da coisa julgada<sup>38</sup>. Seria o caso de exemplo formulado por BARBOSA MOREIRA que pergunta: “Se o juiz anula um contrato, fica o resultado do processo, após o trânsito em julgado, menos imune à contestação do que ficaria se ele se limitasse a declarar nulo o contrato?”<sup>39</sup>

Também destaca LIEBMAN que a coisa julgada não pode ser identificada propriamente com os efeitos da sentença, pois o provimento judicial já possui eficácia antes do eventual trânsito em julgado<sup>40</sup>. Nesse passo, importante trazer a distinção formulada por CARNELUTTI entre imutabilidade e imperatividade da sentença “porque é esta imperativa e produz todos os seus efeitos ainda antes e independentemente do fato da sua passagem em julgado”<sup>41</sup>, que, por sua vez, redundaria na imutabilidade do provimento. Para tanto, LIEBMAN questiona qual seria a utilidade de se conferir efeito suspensivo a recurso se o provimento judicial não teria eficácia até o trânsito em julgado.<sup>42</sup>

Afastando, portanto, a condição de efeito da sentença LIEBMAN formula sua própria teoria para a natureza jurídica da coisa julgada, que pode se definir com:

A imutabilidade do comando emergente de uma sentença. Não se identifica ela simplesmente com a definitividade e intangibilidade do ato que pronuncia o comando; é, pelo contrário, uma qualidade, mais intensa e mais

---

<sup>36</sup> LIEBMAN, 1981, p. 18.

<sup>37</sup> LIEBMAN, 1981, p. 20.

<sup>38</sup> LIEBMAN, 1981, p. 29.

<sup>39</sup> MOREIRA, 1981, p. 31-32.

<sup>40</sup> LIEBMAN, 1981, p. 37.

<sup>41</sup> LIEBMAN, 1981, p. 39-40.

<sup>42</sup> LIEBMAN, 1981, p. 37.



profunda, que reveste o ato também em seu conteúdo e torna assim imutáveis, além do ato em sua existência formal, os efeitos, quaisquer que sejam, do próprio ato.<sup>43</sup>

Longe dos efeitos da sentença a coisa julgada seria para LIEBMAN qualidade que se amolda a estes com o trânsito em julgado. A eficácia da sentença na verdade seria potencializada com a aquisição desta condição<sup>44</sup>, que em nada depende ou condiciona os efeitos naturais da sentença, como já destacado acima (imperatividade e imutabilidade).

Ovídio BAPTISTA, apesar de concordar com LIEBMAN na caracterização da coisa julgada como qualidade e não efeito<sup>45</sup>, entende que a autoridade da coisa julgada recai apenas sobre o efeito declaratório da sentença, diferentemente de LIEBMAN que vê a coisa julgada albergando todos os demais efeitos do provimento passado em julgado. Nas palavras de Ovídio BAPTISTA: “Se os efeitos constitutivos ou condenatórios podem desaparecer sem ofensa à coisa julgada, parece lógico concluir-se que a imutabilidade só tenha referência ao que foi declarado, à eficácia declaratória da sentença.”<sup>46</sup>

Nesse ponto Ovídio BAPTISTA parece conceber os efeitos da sentença e autoridade da coisa julgada de maneira diversa que a doutrina majoritária. Uma coisa é o efeito material do provimento judicial, outra completamente diversa é a coisa julgada, cuja renúncia teria como efeito a possibilidade de instauração de novo processo, a fim de que seja julgada novamente a causa.<sup>47</sup>

Como escreveu CHIOVENDA: “podem as partes renunciar aos efeitos do julgado, nunca, porém, pretender, (...), uma nova decisão sobre uma relação já decidida.”<sup>48</sup> Passada em julgado sentença de mérito, nada impede que as partes transacionem sobre o objeto da lide (ressalvados os direitos chamados indisponíveis<sup>49</sup>), contudo, convém destacar, nas palavras de Eduardo TALAMINI que:

---

<sup>43</sup> LIEBMAN, 1981, p. 54.

<sup>44</sup> LIEBMAN, 1981, p. 54.

<sup>45</sup> SILVA, O. B., 1979, p. 104.

<sup>46</sup> SILVA, O. B., 1979, p. 105.

<sup>47</sup> ARAGÃO, 1992, p. 216.

<sup>48</sup> CHIOVENDA, 1998, p. 463.

<sup>49</sup> Sobre os casos em que a demanda versa sobre direitos indisponíveis, assim considerados por Nelson NERY JUNIOR: os que versam sobre os direitos fundamentais do homem, como a saúde, a vida, a liberdade, a cidadania, o estado familiar, nacional, social da pessoa.” (NERY JUNIOR, 2006, p. 543), Eduardo TALAMINI ensina que: “Por outro lado, quando o direito envolvido é indisponível, a

Ainda que estando de acordo entre si, é vedado às partes obter novo pronunciamento que vá contra o conteúdo do dispositivo revestido da coisa julgada [...]. Isso significa que em todos os casos em que, mais do que o reconhecimento de uma relação, as partes dependam de uma providência judicial que elas não podem produzir extrajudicialmente (ações constitutivas necessárias), não haverá como se obter tal resultado, pois não será dado ao juiz, nem mesmo com o consenso entre as partes, deixar de subordinar-se à coisa julgada.<sup>50</sup>

Eventual disposição das partes sobre os efeitos constitutivo e condenatório assentados na sentença em nada ofende a coisa julgada não porque esta não os proteja, e sim porque a própria autoridade da coisa julgada não se presta a imobilizar as relações jurídicas, mas, como se verá adiante<sup>51</sup>, apenas obstar novo provimento judicial sobre lide já julgada.

Já BARBOSA MOREIRA, ainda que discordando de CHIOVENDA, formula crítica à teoria liebmaniana. Afirma:

Não se expressa de modo feliz a natureza da coisa julgada, ao nosso ver, afirmando que ela é um efeito da sentença, ou um efeito da declaração nesta contida. Mas tampouco se amolda bem à realidade, tal como a enxergamos, a concepção da coisa julgada como uma qualidade dos efeitos sentenciais, ou mesmo da própria sentença. Mais exato parece dizer que a coisa julgada é uma situação jurídica; precisamente a situação que se forma no momento em que sentença se converte de instável em estável. É a essa estabilidade, característica da nova situação jurídica, que a linguagem jurídica refere, segundo pensamos, quando fala da 'autoridade da coisa julgada'.<sup>52</sup>

Diferentemente de LIEBMAN, então, BARBOSA MOREIRA vê na autoridade da coisa julgada situação jurídica<sup>53</sup>, formada pelo trânsito em julgado da sentença, conferindo imutabilidade ao provimento judicial.

---

impossibilidade de as partes, ainda que de comum acordo, darem para a causa solução diversa da fixada na sentença deriva do fato de que já se definiu a norma "cogente" in concreto e não é dado às partes não a cumprir. Isso advém, em primeiro lugar, da própria "eficácia natural" ("imperatividade") da sentença. Vale dizer: mesmo que, por força de alguma norma excepcional, a sentença nessa hipótese não faça coisa julgada material, as partes não estão autorizadas a simplesmente ignorá-la: poderão, não havendo coisa julgada, até voltar a juízo pedir outro pronunciamento, mas não poderão simplesmente desconsiderar a "norma concreta". A coisa julgada é apenas o aspecto de imutabilidade que se adiciona ao comando, impedindo que qualquer das partes ou ambas em conjunto pretendam ir a juízo meramente alterá-lo ou obter outro que lhe seja incompatível." (TALAMINI, 2005, p. 43)

<sup>50</sup> TALAMINI, 2005, p. 40.

<sup>51</sup> Conferir item "1.3.4 Funções da coisa julgada".

<sup>52</sup> MOREIRA, 1983, p. 31.

<sup>53</sup> Nesse ponto Barbosa MOREIRA é acompanhado por Fredie DIDIER JR. que sem alterações substanciais vê na coisa julgada um efeito jurídico proveniente de fato jurídico composto, formado pela sentença de mérito em cognição exauriente que se torna imutável pela preclusão. (DIDIER JR., 2010a, p. 416).

Como explica Eduardo TALAMINI, no entanto, não parece que BARBOSA MOREIRA tenha significativamente abdicado da teoria de que a coisa julgada configura qualidade (diferente dos efeitos) da sentença:

Rigorosamente, a crítica de Barbosa Moreira é antes um reparo à fórmula sintética da tese de Liebman ('coisa julgada é qualidade dos efeitos') do que uma oposição ao conteúdo da teoria liebmaniana como um todo. Do exame geral da exposição feita por Liebman, fica claro que sua preocupação maior estava em diferenciar efeitos e coisa julgada. A afirmação de Liebman de que a coisa julgada é 'qualidade dos efeitos' não retrata integralmente tudo o quanto o mestre italiano expõe em seu ensaio. Afinal, o próprio Liebman reconhecia que a relação jurídica que foi objeto da sentença pode ser posteriormente modificada pelas partes, sem que isso afete a coisa julgada.<sup>54</sup>

Conceituação que parece precisa, é a cunhada por GERAIGE NETO, em obra recente, onde a coisa julgada é descrita como “uma manifestação de cunho processual, traduzida numa qualidade que se agrega aos efeitos da sentença, não sendo propriamente um de seus efeitos. Na verdade, a sentença, conforme concebida, se fenomenaliza em momento distinto e anterior ao advento da coisa julgada.”<sup>55</sup> Esta definição não se afasta da concepção de LIEBMAN que largamente influenciou a doutrina moderna.<sup>56</sup>

Feita essa importante distinção entre efeitos da sentença e autoridade da coisa julgada, donde foi pioneiro Enrico Tullio LIEBMAN, a discussão terminológica da natureza jurídica da coisa julgada, tomada a premissa inicial, acaba por perder importância prática.

Como o próprio LIEBMAN já destacava: “ainda que várias sejam as fórmulas destinadas a explicar o misterioso instituto da coisa julgada, fazem-se todos em última análise equivaler à criação de uma declaração irrevogável.”<sup>57</sup>

Também nesse sentido é o ensinamento de Eduardo TALAMINI que muito bem sintetiza o cerne da discussão, e serve de conclusão deste item:

Cumprir reconhecer que a qualidade de imutabilidade – recaia ela sobre os efeitos da sentença (Liebman), sobre o conteúdo do comando (Barbosa Moreira) ou sobre o efeito declaratório da sentença (Ovídio Baptista da Silva) – está necessariamente vinculada à idéia de que antes era possível examinar algo e depois já não o é mais. Ou seja, está indissociavelmente atrelada à noção de mudança de situação jurídica (de permitido para

---

<sup>54</sup> TALAMINI, 2005, p. 32.

<sup>55</sup> GERAIGE NETO, 2009, p. 148.

<sup>56</sup> BUENO, 2010, p. 411-412.

<sup>57</sup> LIEBMAN, 1981, p. 16.

proibido). Portanto, em certa perspectiva – sem prejuízo da precisa distinção entre efeitos (os demais efeitos) da sentença e sua imutabilidade – o advento da coisa julgada pode ser visto em si mesmo como uma eficácia própria constitutiva (insista-se inconfundível, de todo modo, com os efeitos principais, secundários e anexos da sentença tradicionalmente considerados). Com o trânsito em julgado, constitui-se situação jurídica de indiscutibilidade judicial do comando contido na sentença.<sup>58</sup>

### 1.3.2 Coisa julgada material e coisa julgada formal

Neste momento cabe explicitar a diferenciação entre a coisa julgada material e o fenômeno da coisa julgada formal. As considerações feitas no item anterior referem-se precipuamente à primeira, também chamada de coisa julgada substancial. Esta é a única apta a propagar consequências jurídicas para fora do processo em que se origina<sup>59</sup>, configurando, em essência, a autoridade da coisa julgada anteriormente descrita, enquanto a coisa julgada formal é conceituada por Egas Moniz de ARAGÃO como “o fenômeno da preclusão, com a peculiaridade de estar relacionado somente ao ato que extingue o processo.”<sup>60</sup>

Já nas palavras de LIEBMAN é a “qualidade da sentença, quando já não é recorrível por força da preclusão dos recursos” enquanto a coisa julgada material seria “sua eficácia específica, e, propriamente, a autoridade da coisa julgada, e estaria condicionada à formação da primeira.”<sup>61</sup>

O Código de Processo Civil de 1973 buscou conceituar a coisa julgada material em seu art. 467, no entanto foi muito criticado pela doutrina ao defini-la como “a eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.” Tal dispositivo nos traz uma descrição da coisa julgada material insuficiente, além de convergir o Código de Processo com a teoria chiovendiana, já há muito ultrapassada.

Como ensina Nelson NERY JUNIOR: “A coisa julgada material é a consequência necessária do exercício do direito de ação por meio do processo, vale

---

<sup>58</sup> TALAMINI, 2005, p. 44-45.

<sup>59</sup> A coisa julgada material tem eficácia endoprocessual e extraprocessual, eis que propaga seus efeitos no processo em que ocorre e em outros processos, futuros ou contemporâneos. (DIDIER JR., 2010b, p. 409)

<sup>60</sup> ARAGÃO, 1992, p. 219.

<sup>61</sup> LIEBMAN, 1981, p. 60.

dizer, ajuizada a ação e julgado o mérito, a coisa julgada material ocorrerá inexoravelmente.”<sup>62</sup> Contudo, importante colocar os requisitos imbricados nessa afirmação.

De início, cabe apontar como pressuposto lógico da coisa julgada material a própria **jurisdicionalidade da decisão**.<sup>63</sup> Segundo o sistema jurídico brasileiro apenas decisões judiciais podem tornarem-se imutáveis, estando excluídas dessa possibilidade as decisões administrativas. Tal fato é consequência do princípio da unidade da jurisdição previsto no art. 5º, XXXV, da CF, que institui que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. Se é impassível tal restrição, descabido que se confira imutabilidade a ato não judicial.

Igualmente, apenas cabe cogitar-se de coisa julgada material se a decisão foi proferida em regime de **cognição exauriente**<sup>64</sup>, sendo esta a única das classes de cognição, no que diz respeito a sua profundidade, que acompanha o princípio da segurança jurídica, que é o fundamento da própria coisa julgada. Como destaca Eduardo TALAMINI, a coisa julgada material é constitucionalmente incompatível com decisão proferida com base em decisão superficial e, portanto, provisória e sujeita à confirmação.<sup>65</sup>

Também a **sentença de mérito** configura pressuposto da coisa julgada material.<sup>66</sup> Sem que se resolva o objeto litigioso (lide, mérito, pedido/causa de pedir), com base em um dos incisos do art. 269, do CPC<sup>67</sup>, não há como falar-se da imutabilidade característica da autoridade da coisa julgada (material). Ressalte-se, mais uma vez, que este estado de imutabilidade independe da propagação dos efeitos da sentença, que configuram sua imperatividade. Esta (como se viu no item precedente) surge em momento diverso, e independe, do trânsito em julgado da decisão.

---

<sup>62</sup> NERY JUNIOR, 2010, p. 57-58.

<sup>63</sup> DIDIER JR., 2010a, p. 410 e MARINONI, 2011, p. 637.

<sup>64</sup> Entende-se cognição como a “técnica pela qual o magistrado tem acesso e resolve as questões que lhe são postas para apreciação” (DIDIER JR., 2009, p. 293).

<sup>65</sup> TALAMINI, 2005, p. 54.

<sup>66</sup> ARAGÃO, 1992, p. 197.

<sup>67</sup> DIDIER JR., 2010a, p. 410.

Finalmente é inócuo falar-se em coisa julgada material se não houve a **preclusão dos meios para impugnação da decisão**<sup>68</sup>. E aqui ganha importância o instituto da coisa julgada formal referido anteriormente. Eis que a preclusão dos meios para impugnação, que ocorre com o trânsito em julgado da decisão, culmina na própria coisa julgada formal.

A coisa julgada formal tem seus efeitos limitados ao processo em que foi proferida a decisão. Trata-se, portanto, de fenômeno endoprocessual decorrente da mera irrecorribilidade da decisão.<sup>69</sup>

Nas palavras de Egas Moniz de ARAGÃO:

Toda sentença (definitiva ou terminativa, tenha ou não julgado o mérito da causa) adquire a eficácia da coisa julgada formal a partir do instante em que contra ela “já não caiba recurso”. Se se tratar de sentença terminativa, nisso se exaure a eficácia que pode adquirir; se se tratar de sentença definitiva, concomitantemente com a irrecorribilidade advém um *plus*, que é a imutabilidade exclusivamente peculiar ao pronunciamento que acolhe ou rejeita o pedido do autor: a sentença de mérito.<sup>70</sup>

Chega-se a conclusão que a coisa julgada formal é pressuposto para que ocorra a coisa julgada material. No entanto o contrário não é verdadeiro<sup>71</sup>, uma vez que a coisa julgada material comporta outros importantes requisitos aqui já destacados.

Egas Moniz de ARAGÃO ao comentar o instituto da coisa julgada formal, observa que a expressão é, em si, contraditória. Se não adveio sentença de mérito apta a julgar a *res* e pôr fim ao litígio, não se poderia falar em coisa julgada (*res iudicata*). Daí surge a adjetivação “formal” destinada a diferenciar o instituto da verdadeira coisa julgada *substancial*.<sup>72</sup>

Importante referir que a coisa julgada formal não se confunde com o ato do trânsito em julgado da decisão nem com a preclusão, apesar de serem institutos próximos.

Como explica Eduardo TALAMINI, acerca da relação entre o trânsito em julgado e a coisa julgada formal, “o primeiro concerne ao aspecto cronológico do

---

<sup>68</sup> NERY JUNIOR, 2010, p. 52.

<sup>69</sup> DIDIER JR., 2010a, p. 408-409.

<sup>70</sup> ARAGÃO, 1992, p. 218.

<sup>71</sup> NERY JUNIOR, 2010, p. 52.

<sup>72</sup> ARAGÃO, 1992, p. 219.

esgotamento dos meios internos de revisão da sentença; o segundo diz respeito à autoridade que se estabelece, impeditiva da reabertura do processo. Estão em relação de causa e efeito”.<sup>73</sup> É dizer, o trânsito em julgado ocasiona, quando confirmado, a propagação dos efeitos da coisa julgada formal, quais sejam, a imutabilidade da decisão naquele processo.

Já Ada Pellegrini GRINOVER manifesta-se sobre a diferenciação entre coisa julgada formal e preclusão:

Alguns autores têm até propugnado a supressão do termo ‘coisa julgada formal’, substituída que ficaria pela preclusão. Na verdade, porém, coisa julgada formal e preclusão são dois fenômenos diversos, na perspectiva da decisão irrecorrível. A preclusão é, subjetivamente, a perda de uma faculdade processual e, objetivamente, um fato impeditivo; a coisa julgada formal é a qualidade da decisão, ou seja, sua imutabilidade, dentro do processo. trata-se assim de institutos diversos, embora ligados entre si por uma relação lógica de antecedente-consequente.<sup>74</sup>

Em suma, o trânsito em julgado corresponde ao ato cronológico que culmina na preclusão das questões versadas. Esta preclusão pode ser entendida como a perda da faculdade processual de contestar a decisão, ou objetivamente, como um fato impeditivo do ato jurídico de recorrer. Enquanto isso, a coisa julgada formal é propriamente a imutabilidade endoprocessual que é conferida ao conteúdo da decisão.

Estabelecida a crucial distinção entre coisa julgada formal e material, a partir deste momento tudo que se lê, em regra, refere-se exclusivamente ao instituto da coisa julgada material. Isto porque, com a presente monografia, se propõe um estudo do conflito de coisas julgadas no tempo, que só pode ocorrer se a eficácia das sentenças transcender ao processo em que foram exaradas, característica unicamente presente nos provimentos cobertos pela coisa julgada material.

Tendo isso em conta, doravante, quando o leitor deparar-se com a expressão “coisa julgada” saiba que se refere ao instituto da “coisa julgada material”, único capaz de embasar as conclusões a que se chega.

---

<sup>73</sup> TALAMINI, 2005, p. 32.

<sup>74</sup> GRINOVER, Ada Pellegrini. In: LIEBMAN, 1981, p. 68.

### 1.3.3 Limites da coisa julgada

Como visto, a coisa julgada é um fenômeno processual que se manifesta como qualidade que torna imutável o conteúdo de sentença de mérito transitada em julgado. Tal imutabilidade tem limites tanto objetivos, quanto subjetivos. Os primeiros dizem respeito ao exame “do que” torna-se indiscutível em futuros processos, enquanto os limites subjetivos remetem a “quem” ficará sujeito a esta indiscutibilidade.<sup>75</sup>

Nos limites desta monografia, somente é relevante o aprofundamento dos limites objetivos da coisa julgada, uma vez que o estudo do conflito de coisas julgadas que se propõe restringe-se ao conteúdo do julgado, não aos personagens sujeitos a ele.

Desta forma, apenas brevemente será trabalhada a teoria dos **limites subjetivos** da coisa julgada, verificando quem fica sujeito ao comando da coisa julgada.

A regra geral do sistema processual brasileiro para o dissídio individual é a coisa julgada *inter partes*, pela qual somente ficam vinculadas as partes que participaram do processo.<sup>76</sup> Tal regra é explicitada pelo Código de Processo Civil em seu art. 472:

Art. 472. A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando, nem prejudicando terceiros. Nas causas relativas ao estado de pessoa, se houverem sido citados no processo, em litisconsórcio necessário, todos os interessados, a sentença produz coisa julgada em relação a terceiros.

A estrutura do artigo contrapõe o conceito de “parte” ao conceito de “terceiro”. É parte todo aquele que pede ou em face de quem se pede tutela jurisdicional, enquanto são terceiros, por exclusão todos que não são partes.<sup>77</sup> A coisa julgada apenas sujeita aos seus efeitos aqueles que foram partes no processo. Como salienta Fredie DIDIER JR., tal regra é manifestação dos princípios

---

<sup>75</sup> BUENO, 2010, p. 423.

<sup>76</sup> DIDIER JR., 2010a, p. 418.

<sup>77</sup> BUENO, 2010, p. 423.



constitucionais da inafastabilidade da jurisdição, do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa<sup>78</sup> (art. 5º, XXXV, LIV e LV, da CF).

Prossegue-se agora com os **limites objetivos** da coisa julgada.

A sentença é a norma jurídica individualizada estabelecida para pôr fim ao dissídio entre as partes. Nosso Código de Processo Civil estabelece em seu art. 458 que a sentença possui três “requisitos essenciais”, que em verdade configuram as partes que devem integrar a estrutura do provimento judicial<sup>79</sup>. São elas: o relatório, a fundamentação e o dispositivo.

É ponto pacífico na doutrina processual brasileira que somente o comando pronunciado pelo juiz, apreciado em via principal (*principaliter tantum*) se torna imutável. Diferentemente das questões apreciadas por via incidente (*incidenter tantum*), que compõe apenas a atividade lógica exercida para preparar e justificar a decisão<sup>80</sup>. Dessa forma, pensando nos elementos da estrutura da sentença, fundamentação e relatório encontram-se excluídos da incidência da coisa julgada, restando apenas a parte dispositiva.

Como esclarece CHIOVENDA, o objeto do julgado é apenas a conclusão última do raciocínio do juiz, e não as premissas. É dizer: “o último e imediato resultado da decisão, e não a série dos fatos, das relações ou dos estados jurídicos que, no espírito do juiz, constituíram os pressupostos de tal resultado.”<sup>81</sup>

O art. 469, do Código de Processo Civil, assenta tal entendimento:

Art. 469. Não fazem coisa julgada:

I - os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença;

II - a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença;

III - a apreciação da questão prejudicial, decidida incidentemente no processo.

É nítida a intenção do legislador processual de espancar qualquer dúvida acerca da primazia do dispositivo como única parte da sentença apta a tornar-se indiscutível em processos vindouros.

---

<sup>78</sup> DIDIER JR., 2010a, p. 418-419.

<sup>79</sup> DIDIER JR., 2010a, p. 288.

<sup>80</sup> LIEBMAN, 1981, p. 55.

<sup>81</sup> CHIOVENDA, 1998, p. 495.

No primeiro inciso estabeleceu-se que os motivos da sentença não fazem coisa julgada, enquanto que no segundo fala-se em “verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.” Os dois incisos, em verdade, remetem-se à fundamentação da sentença e seriam indissociáveis, como explica Eduardo TALAMINI:

O segundo inciso, pois, é natural decorrência do primeiro; se os motivos da sentença não fazem coisa julgada, muito menos a verdade dos fatos estabelecida como fundamento da sentença iria fazê-lo. Nenhum juiz, em outro processo, ficará vinculado ao que a sentença houver admitido como verdade; ao proferir o seu julgamento qualquer juiz poderá e deverá reapreciar livremente os fatos para formar seu convencimento.<sup>82</sup>

Já o terceiro inciso trata da questão prejudicial apreciada de maneira incidente no processo. Por óbvio, se a questão é apreciada de maneira incidente, não comporta lugar na parte dispositiva da sentença. Integra, de outra forma, parte do raciocínio lógico do magistrado na apreciação da questão principal, incorporando-se então aos fundamentos da decisão.<sup>83</sup>

Por essas razões pode ser entendido que os incisos II e III do art. 469, do CPC, em verdade são redundantes eis que seu regramento encontra-se absorvido pela hipótese do primeiro inciso.<sup>84</sup>

Porém, ainda que os motivos da sentença não façam parte da porção da decisão judicial que transita em julgado, são necessários para verificar-se a extensão da parte dispositiva, que adquire imutabilidade. Como explica Egas Moniz de ARAGÃO:

Por vezes o dispositivo propriamente dito reduz-se a um enunciado vago, incapaz de preencher o papel que lhe é reservado. O juiz ou o tribunal limita-se a afirmar que julga procedente (ou improcedente) o pedido do autor e com isso não se fica sabendo qual a *res* julgada. Para contornar essa dificuldade, cumpre ao intérprete socorrer-se dos fundamentos, ou mesmo do relatório, eventualmente de peças do processo, a fim de poder extrair da sentença a *res iudicata*.<sup>85</sup>

---

<sup>82</sup> ARAGÃO, 1992, p. 253.

<sup>83</sup> Exceção a esta regra é apenas a Ação Declaratória Incidental (art. 470, do CPC) que transforma questão incidental em principal, e por isso adquire a imutabilidade da coisa julgada. É como aborda o tema Egas Moniz de ARAGÃO: “A questão prejudicial, cujo delineamento procurou-se mostrar, recebe do Código tratamento dúplice: tanto pode ser ‘decidida incidentalmente’ (incidenter tantum), como diz o inc. III do art. 469, e nesse caso a solução que venha a merecer não fará coisa julgada; quanto pode ser decidida com caráter principal (principaliter), como prevê o art. 470, e nesse caso seu julgamento fará coisa julgada.” (ARAGÃO, 1992, p. 260).

<sup>84</sup> TALAMINI, 2005, p. 83.

<sup>85</sup> ARAGÃO, 1992, p. 251.

Importante referir, por fim, que a regra trazida no art. 469, do CPC, redundante, em última análise, em questão de política legislativa, sobre a qual nosso Código se posicionou de maneira contundente. Não há solução óbvia extraída dos princípios gerais do processo para excluir ou incluir os motivos da sentença entre o conteúdo imutabilizado pela coisa julgada. A opção do nosso código<sup>86</sup>, todavia, trata-se de manifestação harmônica com o princípio dispositivo, que dá poder ao autor da demanda delimitar a coisa julgada a sua pretensão deduzida em juízo.<sup>87</sup>

Outro aspecto sob o qual também devem ser estudados os limites objetivos da coisa julgada é a relação entre o pedido e a causa de pedir para se verificar se nova ação esbarra no óbice da *res iudicata*. O modo como se opera processualmente esse conflito será objeto dos Capítulos seguintes, sendo que no presente momento será examinado o aspecto material do ponto, buscando-se delimitar as possibilidades de a propositura de uma ação ofender os limites da coisa julgada.

A reprodução de ação idêntica a uma anterior, na forma do art. 301, §1º, do CPC, esbarra na coisa julgada material anteriormente produzida, flagrando-se essa identidade, segundo o art. 301, §2º, do CPC, “quando tem as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.”

A coisa julgada põe-se objetivamente nos limites do mesmo pedido e mesma causa de pedir da ‘ação’ julgada pela sentença<sup>88</sup>.

“Afirma-se tradicionalmente que, sendo alterado o **pedido**, ainda que mantida a causa de pedir, estará afastada a identidade, e portanto a nova ação estará alheia aos limites objetivos da coisa julgada.”<sup>89</sup> No entanto não basta que o pedido não seja literalmente e absolutamente idêntico ao anterior passado em

---

<sup>86</sup> “O Código segue a orientação da ZPO alemã, cujo § 322 acentua que as sentenças são aptas a gerar coisa julgada somente (*nur* no original) quando julgam a pretensão exercida através da ação ou da reconvenção; outras relações jurídicas, embora examinadas na sentença e às vezes apreciadas como premissas (mesmo necessárias) do julgamento da pretensão não integram a coisa julgada. A tese é igualmente adotada na ZPO austríaca (§ 411).” (ARAGÃO, 1992, p. 249-250).

<sup>87</sup> ARAGÃO, 1992, p. 250.

<sup>88</sup> Como bem observa Eduardo TALAMINI: “conjugados esses dois aspectos com um terceiro, subjetivo, atinente às partes, tem-se o tradicional critério *dos tria eadem* ou tríplice identidade: pedido, causa de pedir e partes.” (TALAMINI, 2005, p. 68.)

<sup>89</sup> TALAMINI, 2005, p. 69.

julgado para que possa suceder nova demanda. Tal afirmativa merece algum aprofundamento, como bem esclarece Eduardo TALAMINI<sup>90</sup>.

Primeiro, pode o pedido novo ter seu conteúdo contido no primeiro. É o caso de mover-se uma ação declaratória de certo crédito sendo que já foi ajuizada e julgada anteriormente ação condenatória ao pagamento desse mesmo crédito, e esta foi julgada improcedente. O pedido de declaração da existência daquele crédito encontrava-se já na ação condenatória independentemente de estar expresso pois não pode haver condenação sem declaração do direito. Também serve de exemplo o pedido de condenação em valor menor, porém contido no pedido de ação julgada anteriormente.

Segundo, pode o novo pedido ser objetivamente incompatível com o resultado de ação anterior. Aproveitando-se o exemplo anterior, seria o caso de ação declaratória de existência de crédito ser ajuizada e julgada improcedente, e após mover-se ação condenatória ao pagamento daquele crédito. Tal situação é aplicação inversa da conclusão estabelecida no parágrafo anterior: ao invés do novo pedido estar contido no primeiro, ele é incompatível por ter como premissa o livre julgamento daquele (ora impossível pelo óbice da coisa julgada material)

Terceira situação possível vislumbrada pelo autor é o caso do novo pedido requerer para a sua apreciação, a resolução de questão prejudicial<sup>91</sup> já julgada e acobertada pela coisa julgada material em sentido incompatível com o provimento do novo pedido. O exemplo mais comum é o filho que tem a paternidade não declarada em ação própria e requer posteriormente a condenação em alimentos.

Quanto à **causa de pedir**, sabe-se que na ordem processual civil brasileira adotou-se a chamada teoria da substancialização da causa de pedir, pela qual é exigido do autor da ação a descrição do fato jurídico que embasa seu pedido e qual a relação jurídica dele decorrente<sup>92</sup>. A congruência com essa teoria está

---

<sup>90</sup> TALAMINI, 2005, p. 70-71.

<sup>91</sup> Entenda-se por questão que necessariamente deve ser resolvida anteriormente e vincula o julgamento da questão principal (pedido). Tal tema será abordado com maior vagar no Capítulo 2 desta monografia.

<sup>92</sup> DIDIER JR., 2009, p. 411.

expressa no art. 282, III, do CPC que determina que o autor indique na petição inicial o fato e os fundamentos jurídicos do pedido.

Dessa forma, a causa de pedir no direito brasileiro é composta (i) pela descrição dos fatos que servem de fundamento ao pedido e (ii) pela correlação lógico-jurídica entre os fatos descritos e a consequência jurídica pleiteada. São, respectivamente, a causa fática (ou remota) e a causa jurídica (ou próxima).<sup>93</sup>

Fredie DIDIER JR., no entanto, alerta que:

Não se deve confundir fundamento jurídico (qualificação jurídica; enquadramento jurídico), com fundamentação legal. O magistrado está limitado, na sua decisão, pelos fatos jurídicos e pelo pedido formulado – não o está, porém, ao dispositivo legal invocado pelo demandante, pois é sua a tarefa de verificar se houve a subsunção do fato à norma (ou seja, verificar se houve incidência).<sup>94</sup>

Portanto, não constitui ônus do autor a descrição do exato caminho jurídico percorrido para se concluir pela procedência do pedido, também não integrando a causa de pedir o *nomen iuris* empregado pelo autor ou um enquadramento dos fatos em uma específica hipótese de incidência normativa.<sup>95</sup> Estas são consequências do princípio geral *iura novit curia*, que prescreve que a aplicação da lei cabe ao magistrado.

Em virtude dessas condições, rejeitado o pedido fundado em determinada causa de pedir, não será o simples reenquadramento dos fatos, em nova hipótese normativa, suficiente para fundar nova demanda.<sup>96</sup> Exceção é o caso de direito superveniente, que fundamentasse (novo) direito subjetivo da parte.

A completa delimitação da causa de pedir ainda é motivo de acesas discussões doutrinárias<sup>97</sup>, sendo certo que nos vemos envolvidos em uma das tantas “zonas de penumbra”<sup>98</sup> do estudo do Direito. Diante desta aparente incerteza sobre o real alcance da coisa julgada nesse aspecto, Eduardo TALAMINI propõe, como alternativa, adotar-se a categoria do “objeto do processo” como baliza de eficácia da coisa julgada. Este corresponderia à *pretensão processual* deduzida, formada pelo

---

<sup>93</sup> TALAMINI, 2005, p. 72.

<sup>94</sup> DIDIER JR., 2009, p. 412.

<sup>95</sup> TALAMINI, 2005, p. 72.

<sup>96</sup> TALAMINI, 2005, p. 72.

<sup>97</sup> Conferir: BUENO, 2010, p. 101 e TALAMINI, 2005, p. 71.

<sup>98</sup> WAMBIER, 2004, p. 39 e seguintes.

mecanismo processual de tutela pretendido em cotejo à situação carente de tutela. Basicamente, o objeto do processo pode ser traduzido no que se entende por “mérito” da demanda.<sup>99</sup>

Nos parece uma boa solução, no sentido de afastar a discussão da compreensão da extensão do pedido/causa de pedir dos tecnicismos e excessivo formalismo, voltando-se para o campo do verdadeiro resultado prático da demanda para as partes, concretizando no ponto o princípio do devido processo legal substantivo.<sup>100</sup>

Cabe tratar agora do chamado efeito preclusivo da coisa julgada material, também referido por parte da doutrina como “julgamento implícito”, previsto no art. 474, do CPC, que com os limites da coisa julgada material, e especificamente com a causa de pedir, tem estrita conexão. Diz o artigo:

Art. 474. Passada em julgado a sentença de mérito, reputar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas, que a parte poderia opor assim ao acolhimento como à rejeição do pedido.

Um olhar superficial sobre o dispositivo poderia levar a crer que a eficácia da coisa julgada material impede que se formule qualquer alegação (em nova ação), que busque o resultado pretendido no processo anterior, mesmo que constituindo nova causa de pedir.

É certo que “independentemente do teor do julgado, sendo ele conforme ou não com o direito, a situação jurídica se verá consolidada.”<sup>101</sup> No entanto, não há como interpretar o dispositivo sem tomar como baliza a causa de pedir deduzida.

Como visto, o sistema processual brasileiro incumbe ao autor da demanda trazer aos autos o fundamento fático e jurídico que embasa seu direito (art. 282, III, do CPC, teoria da substancialização da causa de pedir). Muito embora o juiz tenha liberdade para qualificar as consequências jurídicas dos fatos (*iura novit curia*), é papel do autor definir o objeto que se discutirá no processo.

Se cabe ao autor (e somente a ele) acionar o Judiciário e apontar os fundamentos de sua demanda (sob pena de indeferimento liminar de sua petição

---

<sup>99</sup> TALAMINI, 2005, p. 79-80.

<sup>100</sup> Sobre o devido processo legal substantivo conferir: TAVARES, 2012, p. 763 e DIDIER JR., 2009, p. 32.

<sup>101</sup> ARAGÃO, 1992, p. 210.

inclusive!), não faz sentido algum que presuma-se julgado *o que o autor não pediu* que fosse.

Estender a eficácia da coisa julgada a causas de pedir não deduzidas é promover verdadeiro cerceamento à tutela jurisdicional<sup>102</sup>, em franca violação ao art. 5º, XXXV, da CF. O “julgamento implícito”, visto dessa forma, parece inconciliável com o livre exercício do direito de ação. Importante referir também o conflito com o art. 93, IX, da CF, que estabelece o dever de fundamentação das decisões: Qual seria a fundamentação de decisão que julgou pedido fundado em *causa de pedir nunca deduzida*?

Entende-se, portanto, que a eficácia preclusiva da coisa julgada estende-se somente às alegações deduzidas ou dedutíveis concernentes à mesma causa de pedir.<sup>103</sup>

Conforme leciona Eduardo TALAMINI:

Uma vez encerrado o processo, e sobrevindo a coisa julgada material, não é dado à parte obter para o mesmo objeto processual, comando jurisdicional diverso daquele ali formado sob o argumento de que a alegação que deixou de fazer antes e ora formula altera substancialmente o veredicto da causa. Toda e qualquer alegação, desde que interna aos limites da causa de pedir e do pedido, torna-se irrelevante depois de formada a coisa julgada – tenha ou não sido formulada; tenha ou não sido examinada pelo julgador.<sup>104</sup>

O art. 474, do CPC, em verdade, dá sentido ao próprio instituto da coisa julgada material, já que, como bem observa José Carlos Barbosa MOREIRA, “admitir a reabertura da discussão judicial, só porque alegue o interessado ter razões ainda não apreciadas, seria reduzir a bem pouco a garantia da coisa julgada, frustrando em larga medida a finalidade prática do instituto.”<sup>105</sup>

#### 1.3.4 Funções da coisa julgada

Nos últimos itens procurou-se qualificar a coisa julgada material (*auctoritas rei iudicatae*) como a qualidade que torna imutável e indiscutível o

---

<sup>102</sup> TALAMINI, 2003, p. 85.

<sup>103</sup> MARINONI, 2011, p. 649.

<sup>104</sup> TALAMINI, 2005, p. 86.

<sup>105</sup> MOREIRA, 1977, p. 98-99.

comando que emerge da sentença de mérito não mais sujeita a recurso<sup>106</sup>, proferida em cognição exauriente por órgão jurisdicional. Tratou-se também dos limites da coisa julgada, que protege a resolução da questão principal nos limites do objeto do processo proposto. Agora cabe tratar como se opera esta imutabilidade de que tanto se falou até aqui.

A coisa julgada blinda o comando da decisão de duas maneiras diversas. São as chamadas funções negativa e positiva da coisa julgada<sup>107</sup>.

A **função negativa** da coisa julgada impede que **questão principal** já decidida em determinado processo seja novamente julgada como **questão principal**.<sup>108</sup> Aqui se encontra o fundamento para que não haja o re julgamento de causas idênticas, ou nas palavras de Pontes de MIRANDA a “renovação da lide”<sup>109</sup>. Trata-se de manifestação da eficácia extraprocessual da coisa julgada, uma vez que seus efeitos são sentidos em processo diverso donde se forma, desde que este segundo processo tenha por objeto litigioso o mesmo já apreciado e passado em julgado.

É desta maneira que a coisa julgada funciona como pressuposto processual negativo de validade do processo<sup>110</sup>, que, quando verificado, ocasiona a extinção do feito sem resolução de mérito, com base no art. 267, V, do CPC.

Já a **função positiva** da coisa julgada, de outra forma, atua quando **questão principal** decidida e transitada em julgado retorna ao Judiciário como **questão incidental**<sup>111</sup>, vinculando o julgador a decidir num sentido ou noutro, a depender do que fora assentado na demanda anterior. Novamente é manifestação da eficácia extraprocessual da coisa julgada.

As duas funções em verdade se complementam, para conferir completude ao sentido da autoridade da coisa julgada.<sup>112</sup> Como salienta Ovídio BAPTISTA, enquanto a função negativa opera como defesa (*exceptio rei iudicatae*) para impedir

---

<sup>106</sup> NERY JUNIOR, 2010, p. 52.

<sup>107</sup> Também chamados de “efeitos da coisa julgada”. Conferir nesse sentido: DIDIER JR., 2010a, p. 425.

<sup>108</sup> DIDIER JR., 2010a, p. 425.

<sup>109</sup> MIRANDA, 1996, p. 133.

<sup>110</sup> TALAMINI, 2005, p. 130.

<sup>111</sup> Se a questão retornasse como questão principal, incidiria a função negativa da coisa julgada.

<sup>112</sup> ARAGÃO, 1992, p. 217.



o novo julgamento daquilo que já fora decidido na demanda anterior, a função positiva, ao contrário, corresponde à utilização da coisa julgada propriamente em seu conteúdo, tornando-o imperativo para o segundo julgamento. Enquanto a *exceptio rei iudicatae* é forma de defesa, a ser empregada pelo demandado, o efeito positivo da coisa julgada pode ser fundamento de uma segunda demanda.<sup>113</sup>

Ovídio BAPTISTA traz um elucidativo exemplo no ponto:

Imagine-se que as partes em um dado processo – digamos, em uma ação confessória de servidão – hajam controvertido tanto a condição de proprietário dos prédios litigiosos quanto a existência propriamente dita do alegado direito real. Se a sentença reconhecer a procedência da ação, condenando o réu a tolerar o exercício do direito à servidão, não poderá o autor, por exemplo, numa demanda posterior que o réu primitivo lhe mova para exigir-lhe a construção de obras necessárias ao exercício da servidão, afirmar que ela não existe, quando sua existência fora determinada pela sentença anterior.

Apesar da maior parte da doutrina moderna reconhecer a existência da função da coisa julgada em suas duas dimensões (positiva e negativa), importante colacionar o pensamento de Enrico Tullio LIEBMAN no ponto. Para o autor, no que é acompanhado por crítica semelhante formulada por Barbosa MOREIRA<sup>114</sup>, deve prevalecer a tese de que a eficácia da coisa julgada não é divisível e opera tão somente no âmbito de impedir julgamentos que contradigam a coisa julgada anteriormente formada:

Deve-se dizer que tem a autoridade da coisa julgada função meramente negativa. Se se admitir (...) que os efeitos que a sentença produz são de todo independentes da coisa julgada, e que esta serve tão-só para torná-los imutáveis, claro é que a sua função é unicamente a de impedir todo juízo diferente que contradiga ou contraste os efeitos produzidos pela precedente sentença. Tal função positiva, assim chamada, da coisa julgada, com esta nada tem que ver, e é simplesmente a eficácia natural da sentença.<sup>115</sup>

Em verdade o autor trabalha com as duas funções da coisa julgada em apenas uma indivisível, por entender que nenhuma questão preclusa como principal poderia voltar a ser decidida, nem mesmo como fundamento (*incidenter tantum*). Ao invés disso, essa questão, para o autor, já surgiria no processo decidida, de forma que não restaria trabalho decisório para o julgador, redundando sempre a eficácia da coisa julgada em sua função negativa.

---

<sup>113</sup> SILVA, O. B., 2001, p. 500.

<sup>114</sup> MOREIRA, 1967, p. 71-74.

<sup>115</sup> LIEBMAN, 1981, p. 59-60.

O posicionamento de LIEBMAN, levado ao plano prático, não opera consequências para o processo, uma vez que, seja pela atuação da função positiva (de vincular o julgamento), ou pela função negativa (de não se julgar o que já está julgado), o resultado será rigorosamente o mesmo: se prestigiará a autoridade da coisa julgada anterior. Eventualmente, se a coisa julgada não for respeitada restarão, da mesma forma, os meios processuais adequados a dirimir a violação. Afinal, como ensina Giuseppe CHIOVENDA, “a essência da coisa julgada, do ponto de vista objetivo, consiste em não se admitir que o juiz, num futuro processo, possa, de qualquer maneira, desconhecer ou diminuir o bem reconhecido no julgado anterior.”<sup>116</sup>

Estudados os institutos e nuances necessárias à compreensão do tema, parte-se agora para o estudo do conflito de coisas julgadas no tempo, explorado a partir do processo em que a coisa julgada surja como questão (Capítulo 2) e no conflito propriamente dito, que ocorre quando se formam duas coisas julgadas que se contrapõe (Capítulo 3).

---

<sup>116</sup> CHIOVENDA, 1998, p. 493.

## 2 A COISA JULGADA COMO QUESTÃO NO PROCESSO

### 2.1 A exceção de coisa julgada (*exceptio res judicatae*)

Transitada em julgado a decisão final (seja ela sentença ou acórdão) e sendo esta acobertada pela coisa julgada, as partes devem submeter-se à sua autoridade.

Como já destacado<sup>117</sup>, não se trata das partes vincularem-se aos efeitos da sentença, já que estes, sendo em regra disponíveis, podem ser modificados pela autonomia da vontade dos litigantes. Trata-se, na verdade, da submissão à imutabilidade do provimento judicial. Lembrando mais uma vez o ensinamento de CHIOVENDA: “podem as partes renunciar aos efeitos do julgado, nunca, porém, pretender, (...), uma nova decisão sobre uma relação já decidida.”<sup>118</sup>

Ocorrendo a violação à coisa julgada pela propositura de ação que negue sua autoridade, seja por formular o mesmo pedido novamente ou por ter como fundamento (causa de pedir) relação jurídica já imutabilizada em sentido incompatível, caberá a alegação da *exceptio res judicatae* prevista no art. 301, VI, do CPC. O artigo refere-se às matérias que competem ao réu alegar antes de defender-se do mérito<sup>119</sup>, popularmente conhecidas como “preliminares”. Diz o dispositivo:

Art. 301. Compete-lhe, porém, antes de discutir o mérito, alegar:

(...)

VI - coisa julgada;

(...)

§ 1º Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada, quando se reproduz ação anteriormente ajuizada.

§ 2º Uma ação é idêntica à outra quando tem as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.

---

<sup>117</sup> Conferir no item “1.3.1 Natureza jurídica da coisa julgada” o comentário acerca da teoria de Ovídio Baptista da Silva.

<sup>118</sup> CHIOVENDA, 1998, p. 463.

<sup>119</sup> Como destaca José Frederico MARQUES a coisa julgada é alegada como preliminar, não mais como questão incidente, como ocorria no Código de Processo Civil de 1939 (Art. 182. As exceções serão opostas nos três (3) dias seguintes ao da citação, e serão processadas e julgadas: I – nos mesmos autos e com suspensão da causa, as de suspeição e incompetência; II – em autos apartados, sem suspensão da causa, as de litispendência e coisa julgada.) (MARQUES, 1999, p. 380)

§ 3o Há litispendência, quando se repete ação, que está em curso; há coisa julgada, quando se repete ação que já foi decidida por sentença, de que não caiba recurso.

§ 4o Com exceção do compromisso arbitral, o juiz conhecerá de ofício da matéria enumerada neste artigo.

Como colocado no §4º do mesmo artigo, cabe também ao juiz conhecer de ofício da alegação de coisa julgada. Existe tal legitimidade por conta da coisa julgada constituir questão de importância que transcende ao mero interesse das partes, passando a tutelar a própria congruência do sistema jurídico que não tolera decisões conflitantes. Por isso a coisa julgada encontra-se no rol das chamadas matérias de ordem pública<sup>120</sup>, conhecíveis a qualquer tempo e grau de jurisdição (art. 267, §3º, do CPC).

Considerando a possibilidade de conhecimento de ofício pelo magistrado, é muito comum na doutrina a afirmação de que a *exceptio res judicatae* (exceção de coisa julgada) não se trata, em verdade, de uma exceção.<sup>121</sup> Como explica José Frederico MARQUES, trata-se de *objeção* por esse motivo:

A coisa julgada pode ser conhecida de ofício, pelo juiz. Trata-se de questão de ordem pública que independe de arguição das partes. A *exceptio rei judicatae* é, por isso mesmo, exceção em sentido impróprio. Seu caráter específico exato é o de objeção dado que não fica entregue o reconhecimento de que existe decisão imutável sobre a lide, ao poder dispositivo das partes.<sup>122</sup>

Por se tratar, em última análise, de mera questão terminológica que não altera a substância do regime processual da defesa em si, utilizar-se-à, para os fins a que se presta esta monografia, o termo “exceção de coisa julgada”, referindo-se genericamente à alegação de violação à *res judicata*.

Por fim, é importante salientar que a exceção de coisa julgada é defesa que pode e deve ser alegada tanto pelo vencedor, como pelo vencido, como já observava Giuseppe CHIOVENDA:

A obrigatoriedade da coisa julgada se endereça ao juiz dos processos vindouros: assim, por certo, às partes nos futuros processos é possível alegar e provar o julgado anterior para excluir um novo. Essa é a *exceptio rei iudicatae*. Essa é, efetivamente, uma exceção de natureza especial: de um lado, com ela se propõe excluir não só uma decisão contrária à precedente, mas simplesmente uma nova decisão sobre o que já foi julgado. (...)

<sup>120</sup> NERY JUNIOR, 2010, p. 60.

<sup>121</sup> Conferir nesse sentido: DIDIER JR., 2009, p. 483-484 e BUENO, 2010, p. 182.

<sup>122</sup> MARQUES, 1963, p. 67-68.

A coisa julgada produz-se entre as partes; por isso corresponde a ambas as partes a exceção de coisa julgada. Ainda esse princípio depende da natureza pública do processo. A exceção de coisa julgada não corresponde a uma ou a outra parte, conforme tenha ou não vencido (*secundum eventum litis*).<sup>123</sup>

Isto ocorre porque a autoridade da coisa julgada não serve somente ao vencedor da demanda. Este detém o controle sobre os efeitos da sentença, que podem ou não ser executados, como preferir o legítimo vencedor. Já a coisa julgada, como anteriormente destacado, é irrenunciável. Um exemplo elucidativo é o do sujeito que repropõe demanda buscando condenação maior do que originalmente concedido (apesar de julgamento totalmente procedente).

De uma forma ou de outra, a exceção de coisa julgada importará em questão que deva ser resolvida antes do julgamento de mérito da nova ação. Se assim não o for, por um imperativo lógico, não há como prosseguir ao julgamento do pedido. Isso porque eventual julgamento de procedência da exceção terá consequências determinantes para a ação.

Nas próximas páginas explorar-se-à como a alegação de coisa julgada surge no processo como questão prévia, e como o processo pendente se comporta diante das diferentes consequências trazidas pela constatação da violação a autoridade da *res judicata*.

## 2.2 As questões prévias

Inicialmente, para melhor compreender o conflito da coisa julgada material com o processo pendente, necessário que tenha-se em mente o conceito de questão prévia, e antes disso, o próprio significado jurídico do vocábulo “**questão**”.

Como bem salienta Fredie DIDIER JR, em Direito o conceito de questão pode assumir no mínimo dois significados.<sup>124</sup>

Primeiro, há questão como sinônimo de “pedido”, no sentido de “questão principal”. Este é a acepção menos comum da palavra no direito brasileiro. Notadamente, é o sentido utilizado no art. 458, III, do CPC, que diz ser requisito

---

<sup>123</sup> CHIOVENDA, 1998, p. 462-463.

<sup>124</sup> DIDIER JR., 2009, p. 293.

essencial da sentença “o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões, que as partes lhe submeterem”. Fica claro que as questões submetidas pelas partes nada mais são que os pedidos, considerando que o artigo descreve a parte dispositiva da sentença.

Num segundo sentido a palavra “questão” pode ser entendida como “qualquer ponto de fato ou de direito controvertido, de que dependa o pronunciamento judicial”<sup>125</sup>, sendo esta a significação que mais nos interessa no presente capítulo. Trata-se de significado qualificado como restrito e é a mais comum acepção do vocábulo conferida pela lei, como no art. 458, II, do CPC, que remete aos fundamentos onde o juiz “analisará as questões de fato e de direito”. Na doutrina essa conceituação não é fonte de maiores discussões<sup>126</sup>.

Cada afirmação trazida pelos litigantes constitui um “ponto”, que se torna controvertido a partir do momento da impugnação.<sup>127</sup> Independentemente da manifestação das partes pode o Ministério Público suscitar a controvérsia de ponto, que também, por isso, torna-se questão.

À questão que por um imperativo lógico deva ser resolvida antes de outra dá-se o nome de **questão prévia**, tendo como espécies a questão prejudicial e a questão preliminar<sup>128</sup>, que possuem distinção de que se falará mais adiante. Essa anterioridade lógica da resolução da questão prévia provoca, entre esta e a outra, uma relação de questão subordinante e questão subordinada, como afirma Antônio Scarance FERNANDES:

As questões prejudiciais e preliminares são espécies de questões prévias. São assim questões que influem sobre a resolução de outras e, por isso, devem ser decididas antes dessas. Subordinam logicamente a solução dessas outras questões, sendo estas denominadas de subordinadas, enquanto as prejudiciais e preliminares são chamadas de subordinantes.<sup>129</sup>

O exame das questões prévias, portanto, pressupõe a existência de ao menos duas questões, a subordinante e a subordinada.<sup>130</sup> A hipótese mais comum de questão prévia é da que tem essa natureza em relação à questão principal do

---

<sup>125</sup> DIDIER JR., 2009, p. 293.

<sup>126</sup> Nesse sentido conferir: FABRÍCIO, 1996, p. 43; ARAGÃO, 1992, p. 254 e SANTOS, 1994, p. 400.

<sup>127</sup> ARAGÃO, 1992, p. 254.

<sup>128</sup> FABRÍCIO, 1996, p. 44.

<sup>129</sup> FERNANDES, 1988, p. 47-48.

<sup>130</sup> DIDIER JR., 2009, p. 299.

processo<sup>131</sup>. É esse o caso da exceção da coisa julgada em relação ao pedido de nova ação que busca rejulgar lide já resolvida.

Importa ter-se em mente que as questões dessa natureza são decididas antes de outras por conta da antecedência lógica no raciocínio do magistrado, uma vez que a questão principal não poderá ser resolvida sem que a questão prévia tenha solução. E frise-se: a anterioridade é lógica antes de ser cronológica<sup>132</sup>. Como bem explica José Carlos Barbosa MOREIRA:

Convém frisar que se trata de ordem mais lógica do que cronológica: pode ocorrer, e não raro ocorre, que o órgão judicial se haja de pronunciar sobre as duas questões vinculadas num único ato processual – por exemplo, que as aprecie na mesma sentença. Pouco importa: no raciocínio do juiz terá sempre havido um *prius* (questão subordinante) e um *posterius* (questão subordinada).<sup>133</sup>

Para a solução da questão subordinada se orienta toda a atividade processual, e a resolução de todas as demais não serve senão a preparar o caminho para a decisão última.<sup>134</sup>

Salienta ainda Adroaldo Furtado FABRICIO que a questão prévia (subordinante), segundo o sentido em que seja resolvida, influi sobre a decisão a ser proferida a respeito da questão subordinada, seja no sentido de tornar impossível ou desnecessária, seja no de condicionar-lhe o teor.<sup>135</sup>

Tendo estas premissas assentadas, pode-se com segurança adentrar o estudo da prejudicialidade.

### 2.2.1 A questão prejudicial

Como já referido, a questão prejudicial constitui espécie de questão prévia, e, portanto, pressupõe **antecedência lógica** de resolução no processo. A prejudicialidade constitui fenômeno de direito processual, que tem como pressuposto

---

<sup>131</sup> Aqui utiliza-se o termo “questão” como sinônimo de pedido, em referência à primeira acepção descrita.

<sup>132</sup> FABRÍCIO, 1996, p. 44.

<sup>133</sup> MOREIRA, 1967, p. 12.

<sup>134</sup> FABRÍCIO, 1996, p. 43.

<sup>135</sup> FABRÍCIO, 1996, p. 44.

uma relação de direito substancial<sup>136</sup>, uma vez que só se poderá verificar o vínculo lógico analisando-se o direito pelo seu aspecto material.

Inicialmente é necessário salientar que a prejudicialidade traz em si duas ideias: primeira, de uma relação que se estabelece entre duas figuras, a prejudicial (questão subordinante) e a prejudicada (questão subordinada), e segunda, da própria figura prejudicial.<sup>137</sup>

Quando se fala da anterioridade lógica como elemento essencial, o que se tem em vista é a prejudicial em face de uma questão prejudicada, pois é com relação a esta que aquela está em situação de antecedência lógica. De outra maneira, pode-se estudar a questão prejudicial *em si mesma*, independentemente da questão que ela subordina. Portanto, a conceituação do fenômeno da prejudicialidade necessariamente deve conjugar o estudo da questão prejudicial em si, e o da relação entre ela e a figura prejudicada.<sup>138</sup>

No entanto a anterioridade lógica não basta à caracterização da relação de prejudicialidade, nem no plano estritamente lógico – quanto mais no plano jurídico -. Como bem observa José Carlos Barbosa MOREIRA: “É notório que, seja qual for a matéria trabalhada pelo raciocínio humano, à mesma conclusão se pode chegar através de cadeias lógicas diversas. Assim, para resolver certa questão, nem sempre se impõe ao pensamento do juiz percorrer um único itinerário determinado: por mais de uma via talvez lhe seja possível atingir a solução.”<sup>139</sup>

Por isso se aponta um segundo requisito para a caracterização do conceito lógico de prejudicialidade: a **necessariedade** daquele exato caminho de raciocínio passando pela questão prejudicial para a resolução da questão prejudicada<sup>140</sup>. Observamos que de certa forma esse requisito pode ser referido dentro do primeiro pressuposto apontado, qual seja a antecedência lógica. Se existe raciocínio válido para resolução da questão dita prejudicada cujo caminho independe do teor da questão dita prejudicial, pode-se afirmar que a própria anterioridade lógica

---

<sup>136</sup> FERNANDES, 1988, p. 29.

<sup>137</sup> FERNANDES, 1988, p. 25-26.

<sup>138</sup> FERNANDES, 1988, p. 30-31.

<sup>139</sup> MOREIRA, 1967, p. 53.

<sup>140</sup> FERNANDES, 1988, p. 37.



deixa de existir. No entanto, é pacífico na doutrina o arrolamento da necessidade como requisito da prejudicialidade.<sup>141</sup>

José Carlos Barbosa MOREIRA exemplifica o ponto:

Se, para a solução da questão x, o juiz simplesmente pode, mas não precisa, inserir em seu raciocínio a solução da questão y, esta não merecera a qualificação de prejudicial, aplicável ao contrário, à questão x, cuja solução seja por hipótese indispensável à de z. Aos caracteres anteriormente apontados, pois, acrescente-se o da necessidade: só será prejudicial a questão necessariamente posta como antecedente lógico da solução de outra.<sup>142</sup>

Dessa forma, conclui-se que o conceito lógico da prejudicial delinea a questão que necessariamente serve de antecedente lógico à resolução de outra questão. Portanto, não é possível resolver uma questão prejudicada sem que se solucione antes a questão que lhe é prejudicial.<sup>143</sup>

No entanto, o mero delineamento lógico do conceito de prejudicialidade não tem plena aplicabilidade no mundo jurídico. Isso porque, como explica Adroaldo Furtado FABRÍCIO:

Se tomarmos a prejudicialidade em sua visualização lógica e a transportarmos, intocada, para o mundo do Direito, chegaremos a concluir, por exemplo, que o juiz, ao sopesar o valor de um depoimento para atribuir-lhe maior ou menor credibilidade, estaria colocando e resolvendo uma questão prejudicial, desde que a aceitação ou rejeição dos fatos afirmados no testemunho, de algum modo, condicione o teor do julgamento.<sup>144</sup>

Essa larga abrangência do instituto em seu aspecto lógico sempre foi alvo de reflexão da doutrina, que buscou no âmbito jurídico algum requisito que pudesse restringir o conceito.

Não havia dúvida de que só tem sentido indagar se constitui questão prejudicial no plano jurídico àquela que já o seja no plano lógico.<sup>145</sup> Porém, buscava-se mais intensa delimitação inicialmente tendo em vista os limites objetivos da coisa julgada material<sup>146</sup>, considerando quais questões poderiam ser objeto da Ação

---

<sup>141</sup> Conferir nesse sentido: ARAGÃO, 1992, p. 256-257; MOREIRA, 1967, p. 54; SANTOS, 1994, p. 444 e ALVIM, 1977.

<sup>142</sup> MOREIRA, 1967, p. 54.

<sup>143</sup> FERNANDES, 1988, p. 38.

<sup>144</sup> FABRÍCIO, 1996, p. 48.

<sup>145</sup> FABRÍCIO, 1996, p. 48.

<sup>146</sup> Ver item “1.3.3 Limites da coisa julgada.”

Declaratória Incidental<sup>147</sup>, prevista no Código de Processo Civil no art. 470. Acertadamente observa Egas Moniz de ARAGÃO que “o Código se ocupa da questão prejudicial com vistas ao instituto da coisa julgada; para esse fim, portanto, questão prejudicial é somente aquela que, se for apta a constituir objeto de declaração incidental, integrará a coisa julgada, o que não acontecerá se não tiver tal aptidão.”<sup>148</sup>

O estudo da prejudicialidade quase sempre foi feito em relação a outros institutos, como a coisa julgada, o objeto do processo e a ação declaratória incidental. Isso de certa maneira muito prejudicou a formação de uma teoria geral, uma vez que sempre se buscou a adequada relação em específico com outras teorias.<sup>149</sup>

Talvez por esse motivo tenha a doutrina apontado, para a caracterização da prejudicialidade, o chamado requisito da autonomia<sup>150</sup>. Descrito por Antônio Scarance FERNANDES como a idoneidade da questão prejudicial para constituir processo autônomo<sup>151</sup>, este acompanharia a anterioridade lógica e necessidade como único requisito advindo do âmbito jurídico, sendo acompanhado por Adroaldo Furtado FABRÍCIO que entende só ser prejudicial a questão apta a ser apreciada como *principaliter* em processo diverso.<sup>152</sup>

Este critério não é apto a delimitar a prejudicialidade jurídica por uma questão de ordem sistemática, como ensina José Carlos Barbosa MOREIRA. Diz o autor, que uma questão de ordem estritamente processual – portanto concernente apenas ao processo em que se forma – pode condicionar o teor da apreciação da questão principal. Exemplifica o autor com a hipótese da impugnação ao valor da causa que poderia condicionar qual o recurso cabível da sentença. Tal ocorria na

---

<sup>147</sup> “É sempre possível discutir livremente numa lide sucessiva as questões prejudiciais decididas numa anterior, a menos que, por disposição especial de lei ou por vontade das partes, a contestação surgida no processo precedente, sobre um ponto prejudicial, seja equiparada a uma ação declaratória (declaração incidental), caso em que nos defrontamos com uma demanda autônoma, concernente a um bem da vida diverso, isto é, a certeza sobre a relação prejudicial, com a consequência de que a sentença, desde que receba ou rejeite a demanda de declaração incidental, terá efeito de coisa julgada.” (CHIOVENDA, 1998, p. 453.)

<sup>148</sup> ARAGÃO, 1992, p. 258.

<sup>149</sup> FERNANDES, 1988, p. 31.

<sup>150</sup> ARAGÃO, 1992, p. 258.

<sup>151</sup> FERNANDES, 1988, p. 37.

<sup>152</sup> FABRÍCIO, 1996, p. 49-50.

vigência do Código de Processo Civil de 1939 que previa recursos diversos da sentença a depender do valor da causa. Pela possibilidade de questões estritamente processuais vincularem a resolução de questões a falibilidade do critério da autonomia é manifesta.<sup>153</sup>

Outro critério comumente trazido é o da suspensão do processo. Seria prejudicial a questão que além de apresentar os requisitos lógicos (antecedência lógica e necessariedade) provocasse a suspensão do processo em que é pendente a questão subordinada.

Tal critério é flagrantemente improcedente por confundir causa e efeito da questão prejudicial. Eventual suspensão do processo constitui reflexo do juízo de prejudicialidade, jamais sua causa<sup>154</sup>. José Carlos Barbosa MOREIRA observa que, “uma questão não será prejudicial porque impeça ou suspenda o curso de certo feito, senão que, ao contrário, poderá impedi-lo ou suspende-lo por ser prejudicial.”<sup>155</sup> Pensar em sentido contrário, relegaria a definição do conceito de prejudicialidade à mera opção legislativa, uma vez que a suspensão do processo é conceito estritamente jurídico-positivo, questão de política processual.

Por fim, o critério que parece mais adequado a qualificar a questão prejudicial no plano jurídico é justamente um dos mais simples. Trata-se do **critério da subsunção**: somente será questão prejudicial aquela cuja solução exija do juiz operação mental de mesma natureza da empregada para a resolução da questão prejudicada, isto é, a valoração jurídica de um fato, ou simplesmente, *aplicação de norma a fato*.<sup>156</sup> Este, foi o critério eleito por José Carlos Barbosa MOREIRA para conceituar a prejudicialidade em sua completude:

Na primeira grande tentativa feita em nosso século para tratar cientificamente a matéria, buscou-se o critério de diferenciação na circunstância de que, enquanto a atividade judicial, na definição da lide, consiste essencialmente numa aplicação da norma geral e abstrata ao fato singular e concreto, entre os elos preparatórios dessa decisão final alguns há que consistem em operações intelectuais dotadas *da mesma natureza íntima*, ao passo que outros são heterogêneos: embora se insiram na cadeia silogística através da qual se desenvolve o raciocínio do juiz, apresentam estrutura diversa – uma inferência, por exemplo, que se tire de fatos conhecidos e provados quanto à probabilidade de ter ocorrido outro

---

<sup>153</sup> MOREIRA, 1967, p. 49-50.

<sup>154</sup> FERNANDES, 1988, p. 33.

<sup>155</sup> MOREIRA, 1967, p. 22.

<sup>156</sup> FABRÍCIO, 1996, p. 48.

fato. Propôs-se, então, limitar o campo da prejudicialidade em *sentido jurídico* aos casos em que a inserção do anel lógico resultasse de atividade mental idêntica àquela que dá nascimento à sentença definitiva, ou seja, de atividade também consistente em *aplicar a norma a fato*.

É bem de ver que a aplicação de tal critério pressupõe a existência do vínculo de dependência lógica, sem o qual de prejudicialidade não se pode falar. O elemento jurídico seria um *plus*, a completar o lógico, não a excluí-lo.<sup>157</sup>

Este requisito parece ser o mais satisfatório, uma vez que exclui do conceito todas as hipóteses de resolução de questão de fato, que por imperativo lógico faziam dependente outra questão. Um exemplo típico é a valoração da prova testemunhal onde a credibilidade do depoente poderia *per si*, vincular o juízo de procedência ou improcedência dos pedidos. Pelo critério adotado, este caso configura hipótese de mera prejudicialidade lógica, nada tendo de propriamente jurídico.

Em suma, pode-se concluir que a questão prejudicial tem três requisitos para ser verificada: a antecedência lógica e a necessariedade – ambos critérios de índole lógica – e o requisito da subsunção (aplicação de norma a fato), onde se requer a operação mental de mesma natureza para resolver as questões subordinante e subordinada – este sendo o critério que qualifica a prejudicialidade lógica em jurídica.

Observe-se que os três pressupostos apontados baseiam-se no estudo da relação estabelecida entre as questões prejudicial e prejudicada, diferentemente dos requisitos afastados da autonomia e da suspensão do processo que analisavam as questões prejudiciais em si mesmas.

### 2.2.2 A questão preliminar

Agora que já foram estudados os requisitos da questão prejudicial, cabe explorar outra espécie de questão prévia: a preliminar.

Como dito, a doutrina quase sempre trabalhou o conceito de prejudicialidade atrelado ao de algum outro instituto jurídico (limites da coisa julgada, declaração incidente, etc.), de forma que o estudo da preliminar foi deixado de lado

---

<sup>157</sup> MOREIRA, 1967, p. 45.

por não guardar ponto de tangência especialmente com nenhum desses institutos. A pesquisa acerca das questões preliminares se viu quase que na totalidade inserida no que se desenvolveu acerca da teoria da prejudicialidade, tratando da distinção entre as duas espécies de questões prévias.

São institutos muito próximos, tanto que tudo que a doutrina desenvolveu em relação à questão prejudicial acerca de seus pressupostos, e que foi exposto no item anterior, tem plena validade para a caracterização da relação de preliminaridade.

Ambas, preliminares e prejudiciais, estabelecem relação de subordinante/subordinada com outra questão, por serem necessariamente antecedentes lógicos da resolução desta. O requisito jurídico também é plenamente aplicável nos dois institutos, sendo necessária, para resolução da questão preliminar/prejudicial, a mesma operação de raciocínio utilizada para resolver a questão subordinada.

O que resta, passada a fase de caracterização, é estabelecer a diferenciação dentro das questões prévias entre a questão prejudicial e a questão preliminar. Tal distinção será de crucial importância para o embasamento das conclusões deste capítulo, acerca autoridade da coisa julgada como questão processual.

Como destaca José Carlos Barbosa MOREIRA, durante longo tempo utilizou-se as duas expressões de forma indiscriminada para designar qualquer modalidade das “questões prévias”<sup>158</sup>. Sendo que, desde as primeiras tentativas de se estabelecer um critério científico para distinguir a questão prejudicial da questão preliminar reinou na doutrina processual verdadeira confusão.<sup>159</sup>

A diferenciação entre os institutos somente passou a ser melhor estruturada com o relacionamento das questões prejudiciais ao mérito e das questões preliminares às questões estranhas ao mérito (relativas às condições da ação e ao processo).<sup>160</sup> O foco da discussão era a natureza da questão subordinada, independentemente do modo como a questão dita preliminar/prejudicial influenciaria

---

<sup>158</sup> MOREIRA, 1967, p. 28.

<sup>159</sup> FERNANDES, 1988, p. 22.

<sup>160</sup> FERNANDES, 1988, p. 22.

em sua resolução. Se a questão subordinada fosse estranha ao mérito, todas as questões a ela subordinantes seriam “preliminares”, enquanto que se a questão subordinada fosse de mérito, todas as questões subordinantes responderiam por “prejudiciais”.

Tal critério distintivo não satisfaz, já que é plenamente possível a ocorrência de questão prejudicial relativa à matéria estranha ao mérito. José Carlos Barbosa MOREIRA traz o exemplo da Ação Popular (Lei Federal n. 4.717, de 29 de junho de 1965), que tem como requisito de legitimidade ativa a naturalidade brasileira. Se a ação for proposta por estrangeiro naturalizado, a viável alegação do réu de nulidade do ato de naturalização é estranha ao mérito da causa.<sup>161</sup> Apesar disso a questão em si não tem nenhuma ligação com as condições da ação ou o processo, carecendo de utilidade prática a distinção por esses termos.

José Carlos Barbosa MOREIRA cunhou a ideia de que a solução para a distinção entre prejudiciais e preliminares não estava na índole de cada questão, considerada *per se*, e sim no teor de influência que a questão subordinante exerce sobre a questão subordinada.

Como sintetiza Adroaldo Furtado FABRICIO, a questão subordinante (prejudicial/preliminar), a depender do sentido em que seja resolvida, pode (a) obstar a apreciação da subordinada, tornando-a desnecessária ou mesmo impossível, ou pode (b) predeterminar, em parte ou no todo, o sentido em que esta será resolvida.<sup>162</sup> No primeiro caso estaríamos a frente de uma questão preliminar, enquanto no segundo ocorre questão prejudicial.

As questões preliminares, portanto, dizem respeito à própria admissibilidade da questão subordinada. Se dirimidas em determinado sentido, fica aí mesmo truncado o *iter* processual, impedindo o juiz de passar ao exame de outras questões, a respeito das quais fica pré-excluída qualquer apreciação. Um possível exemplo seria questão acerca da incompetência absoluta do juízo com relação à questão principal.

Já a resolução das questões prejudiciais, ao invés de impossibilitar a apreciação da questão prejudicada, predetermina o sentido de sua solução, total ou

---

<sup>161</sup> FERNANDES, 1988, p. 49.

parcialmente. Da solução da questão prejudicada dependerá não a possibilidade nem a forma do pronunciamento sobre a outra questão, mas o teor mesmo desse pronunciamento. Como bem observa Fredie DIDIER JR. “a segunda questão depende da primeira não no seu ser, mas no seu modo de ser.”<sup>163</sup> Um exemplo seria a declaração incidente de inconstitucionalidade de lei que fundamenta (causa de pedir) determinado pedido. Se a lei for declarada inconstitucional o pedido automaticamente se verá vinculado ao julgamento de improcedência (já que não subsiste mais a causa de pedir).

Salienta Adroaldo Furtado FABRICIO, acerca do critério de tomar por base o teor da influência na relação entre as questões, que trata-se de:

Distinção em critério mais seguro e científico do que qualquer outro sugerido, embasado não no exame dos caracteres intrínsecos da questão prévia, sem atenção à natureza do vínculo de subordinação; ao contrário, mantém-se fidelidade ao mesmo esquema lógico que presidiu a formulação do conceito de questão prévia: no mesmo fenômeno da influência, cuja identificação permitiu precisar o conceito, vai-se buscar o traço discretivo, a saber, a diversidade dos tipos de influência. Assim se forra a pesquisa aos riscos inerentes a qualquer tentativa de classificação baseada em dados contingentes e variáveis, dependentes de considerações de mera política processual, como a suspensão do processo, ou em conceitos doutrinários polêmicos, como o de mérito e não-mérito.<sup>164</sup>

Rememorando os requisitos para a caracterização das questões prejudiciais e preliminares, observe-se que os pressupostos apontados (da antecedência lógica, necessariedade e subsunção), todos, baseiam-se no estudo da relação estabelecida entre as questões subordinante e subordinada. Tal como antes, agora também é importante a natureza do vínculo. Dessa forma, qualquer alusão a “prejudicial” ou a “preliminar” há de ser imediatamente seguida de complemento, como explica José Carlos Barbosa MOREIRA:

Da questão z não se dirá que seja, em si mesma, ‘prejudicial’ ou ‘preliminar’, mas que é prejudicial da questão y, ou preliminar da questão z. nada impede até, em princípio, que seja simultaneamente prejudicial de y e de preliminar de z; com efeito pode a lei condicionar à solução de uma única questão, ao mesmo tempo, o sentido em que se resolverá outra e a própria possibilidade de resolver-se uma terceira.”<sup>165</sup>

---

<sup>162</sup> FABRICIO, 1996, p. 45-46.

<sup>163</sup> DIDIER JR., 2009, p. 300.

<sup>164</sup> FABRICIO, 1996, p. 46-47.

<sup>165</sup> MOREIRA, 1967, p. 32-33.

Em suma, conclui-se que as questões prévias, gênero cujas espécies são as prejudiciais e as preliminares, constituem questões de aplicação de normas a fatos que necessariamente antecedem logicamente à resolução de outras. Estas podem condicionar a admissibilidade da questão subordinada, se preliminar, ou o próprio sentido de sua resolução, se prejudicial.

### **2.3 A autoridade da coisa julgada como questão prévia**

Como visto, a coisa julgada material impõe sua autoridade para fora do processo em que se forma, estendendo a imutabilidade do dispositivo da decisão para qualquer processo vindouro que venha a desafiar o comando ali inserido. E é certo que essa garantia de indiscutibilidade seria illusória se não se pudesse invocá-la eficazmente em todas as ocasiões em que se pretenda reabrir a discussão.<sup>166</sup>

Por isso, a coisa julgada é tida como matéria de ordem pública, conhecível a qualquer tempo e grau de jurisdição, invocável por qualquer das partes ou mesmo pela oficialidade do juiz.

Dessa forma, toda vez que haver conflito entre a coisa julgada e novo processo, a autoridade da coisa julgada deverá ser alegada, provocando o surgimento de questão prévia que deverá ser decidida pelo magistrado (logicamente) antes da questão principal.

A coisa julgada pode ter sua autoridade contestada de duas maneiras em qualquer processo judicial.

A primeira delas (I) é o retorno de questão principal já acobertada pela coisa julgada, novamente como questão principal em novo processo. Trata-se da hipótese de renovação da demanda já julgada, observadas as balizas que delimitam a lide, já fixadas quando se falou dos limites objetivos da coisa julgada. Nesse caso, o mero exercício do direito de ação do autor já provoca afronta a *res judicata*. Essa primeira hipótese relaciona-se com a função negativa da coisa julgada, obstando o rejuízo da lide.

---

<sup>166</sup> MOREIRA, 1967, p. 64.



Em segundo lugar, (II) pode questão principal já julgada e protegida pela coisa julgada, retornar ao Judiciário em novo processo como questão incidental e ser decidida em sentido incompatível com o comando anteriormente julgado. A afronta a *res judicata* agora apenas ocorre quando o magistrado decide a questão incidental, nada havendo de antijurídico no exercício do direito de ação do autor. Este segundo caso relaciona-se com a função positiva da coisa julgada, impondo sua autoridade nos processos vindouros.

Em ambos os casos a autoridade da coisa julgada culmina em questão prévia, tendo, no entanto, conseqüências diversas.

Em (I) a coisa julgada surge através da exceção alegada pelo réu (art. 301, VI, do CPC) ou por qualquer outro sujeito processual – excluído o autor por razões lógicas<sup>167</sup> -, e redundando em questão preliminar ao mérito da causa. Isso ocorre porque eventual juízo de procedência da exceção trará a inarredável consequência da extinção do processo sem resolução de mérito (art. 267, V, do CPC), por impossibilidade de julgamento da questão principal. Tal como ocorre com as demais questões preliminares, esta interrompe o raciocínio lógico do magistrado, obstando a própria admissibilidade da questão subordinada.

Já em (II) a questão da coisa julgada pode surgir por alegação de qualquer das partes, a partir do momento em que se torne ponto controvertido no processo, ou pelo juiz. Ela pode funcionar inclusive como fundamento de nova demanda, considerando que o julgamento de questão principal pode embasar novo direito subjetivo que requeira pronunciamento judicial<sup>168</sup>.

Agora, no entanto, a resolução desta questão não ocasiona a extinção do feito sem resolução de mérito pelo art. 267, V, do CPC. Aqui a coisa julgada sempre surgirá como questão prejudicial, predeterminando o teor do julgamento da questão subordinada, que pode ser a questão principal do processo ou qualquer outra que surja incidentalmente.

---

<sup>167</sup> “O Código empenha-se em evitar que tal fenômeno ocorra [o conflito de julgados]. Em primeiro lugar impõe à parte; ao defender-se, alegar sua existência (art. 301, VI). O encargo recai sobre o réu por ser de presumir-se que o autor, beneficiado por sentença passada em julgado, não iniciará novo processo, cujo desfecho poderá ser-lhe desfavorável.” (ARAGÃO, 1992, p. 283-284).

<sup>168</sup> Pense-se na clássica hipótese da ação declaratória de paternidade julgada procedente, que pode fundamentar a concessão de alimentos. Este segundo direito demanda a instauração de novo processo com vias a uma condenação e declaração de tal direito.

Apenas o direito material aplicável a cada caso poderá nos dizer quais as exatas consequências do reconhecimento da vinculação ao pronunciamento judicial anterior. Como já colocado, a prejudicialidade é fenômeno de direito processual, no entanto, a extensão da vinculação do precedente só se verificará pelas normas de direito material aplicáveis ao caso.

Em suma, a autoridade da coisa julgada pode assumir tanto a feição de questão preliminar como de questão prejudicial, obstando o julgamento da questão subordinada (por já ter sido julgada) ou vinculando o seu julgamento em determinada extensão e sentido, e por esses mecanismos pode-se evitar o conflito de coisas julgadas, já que a autoridade da *res judicata* a de prevalecer sobre o processo em andamento.

### 3 O CONFLITO DE COISAS JULGADAS NO TEMPO

Como se pôde perceber, o sistema processual brasileiro é muito bem municiado e tem as vias bem abertas para que a *res judicata* permaneça incólume no tempo: em primeiro lugar impõe-se à parte alegar a existência da coisa julgada, porém não confiante na fiscalização atribuída aos litigantes, o Código de Processo Civil brasileiro atribui também ao próprio juiz a competência de fazer prevalecer a coisa julgada de ofício.<sup>169</sup>

No entanto, para que a coisa julgada ameaçada por novo processo se mantenha firme, é inafastável a condição de que a questão seja trazida aos autos. E a responsabilidade disso, em última instância, cabe somente às partes, seus procuradores, ao ministério público e ao magistrado.

Nada adiantará o Código de Processo propiciar todo um arcabouço normativo resguardando a estabilidade das decisões judiciais, se por ventura a questão da coisa julgada não for levantada no processo, sobre ela nenhuma palavra ser dita, e sobrevier sentença que confronte julgamento anterior. O sistema processual brasileiro não possui nenhuma espécie de válvula, que, de maneira absoluta, evite a ocorrência desse conflito. Por isso, a contrariedade de julgados é tema com que o ordenamento teve de se familiarizar.

Nas próximas páginas serão explorados os tipos de conflitos de coisa julgada e as soluções processuais disponíveis para dirimi-los, promovendo a harmonização da tutela jurisdicional.

#### 3.1 Diagnóstico do conflito

Primeiramente aqui, cabe fazer importante diferenciação quando se fala no conflito de coisas julgadas no tempo. Podem ocorrer conflitos puramente teóricos e conflitos práticos de julgados. Para estabelecer a distinção entre esses é necessário ter em mente os limites objetivos da coisa julgada material, já tratados no primeiro capítulo desta monografia.

---

<sup>169</sup> ARAGÃO, 1992, p. 283-284.

O **conflito teórico** ocorre quando dois julgados sucessivos no tempo manifestam, tão somente, incompatibilidade lógica de conclusões. Trata-se da hipótese de julgar-se ação de alimentos improcedente ao fundamento da inexistência de relação de filiação e após, noutro processo, declarar-se em via principal a existência de tal vínculo. Como destaca José Carlos Barbosa MOREIRA, “nesses casos, haverá sem dúvida contradição lógica entre os julgamentos, podendo afirmar-se que uma das sentenças terá sido forçosamente injusta.”<sup>170</sup>

No entanto, a perplexidade do ordenamento jurídico em relação a contradição puramente teórica de julgados não vai muito longe, já que, em verdade, inexistente conflito de coisas julgadas no ponto.

A coisa julgada material imutabiliza tão somente a parte dispositiva do provimento judicial, donde irá constar o julgamento da questão principal posta a juízo. A resolução das questões prévias, que integram a fundamentação da sentença, ficam excluídas da eficácia da *res judicata*. Portanto, no caso apresentado inexistente coisa julgada formada sobre o ponto de conflito. De maneira que a hipótese da contradição teórica de julgados, em verdade, não consubstancia propriamente conflito de coisas julgadas.

Como, porém, mesmo o conflito teórico pode ocasionar inconvenientes e prejudicar a própria função jurisdicional, frequentemente a lei se esforça para dirimi-lo ou impedi-lo com normas expressas.<sup>171</sup> Como exemplos pode-se citar as regras atinentes à conexão de causas (art. 105, do CPC)<sup>172</sup>, ou à suspensão do processo por prejudicialidade externa (art. 265, IV, ‘a’, do CPC)<sup>173</sup>. Além destes, José Carlos Barbosa MOREIRA traz à discussão a influência de fatores extrajurídicos no ordenamento para a harmonização teórica dos julgados:

Um deles, e dos mais sensíveis, é precisamente a natural reverência com que, ao proferir uma decisão, o órgão jurisdicional tende a inclinar-se ante a conclusão assentada, no tocante a relação conexa com a que lhe cabe apreciar, em anterior pronunciamento, sobretudo quando o prestigie a confirmação, em grau de recurso, por órgão superior. Em tais condições, a inexistência do vínculo característico da coisa julgada não excluirá a

---

<sup>170</sup> MOREIRA, 1976, p. 126.

<sup>171</sup> CHIOVENDA, 1998, p. 497.

<sup>172</sup> “A consequência da existência de conexão entre duas ou mais causas é a reunião delas para receberem julgamento conjunto, a fim de se evitarem decisões conflitantes.” (NERY JUNIOR, 2006, p. 311).

<sup>173</sup> DIDIER JR., 2009, p. 563.

atenção que o juiz dê, ao formar seu convencimento, à autoridade lógica do pronunciamento antecedente – tanto mais forte, é claro, quanto mais consistente o raciocínio em que esteja apoiado. Assim, mesmo que se haja conhecido *incidenter tantum* da questão x, em processo onde a questão y, subordinada à outra, era a principal, o segundo juiz, a quem toque decidir *principaliter* a questão x, embora não vinculado pela *auctoritas rei iudicatae*, com maior probabilidade se pronunciará no mesmo sentido, principalmente se a discussão sobre x, no primeiro processo, se tiver desenvolvido com a desejável amplitude e forem boas as razões em que se baseou o respectivo juiz. E ninguém contestará que porventura não preenchidos esses requisitos é preferível abrir ensejo à divergência lógica do que impor a consagração definitiva de uma injustiça.<sup>174</sup>

Diferente é o chamado **conflito prático** de julgados. Mantendo-se a base do exemplo trazido, imagine-se que a coisa julgada formada a partir da ação declaratória do vínculo de filiação seja anterior àquela da condenação ao pagamento de alimentos. Mais uma vez atendo-se aos limites objetivos da *res judicata*, neste caso verifica-se que é flagrante a ofensa, tendo em vista que a questão principal decidida não teve seu conteúdo respeitado em processo conexo subsequente.

Este segundo caso é que verdadeiramente interessa. Apenas aqui vislumbra-se propriamente o conflito de coisas julgadas, diferentemente da hipótese do conflito puramente teórico, donde inexistia coisa julgada material no ponto específico de atrito.

O conflito prático de julgados pode ocorrer de duas maneiras. Tal como quando exploramos a autoridade da coisa julgada como questão no processo, as duas formas do conflito relacionam-se respectivamente com a função negativa e positiva da coisa julgada material.<sup>175</sup>

Quando questão principal de processo anterior é julgada também como questão principal em novo processo, estamos diante de mácula à função negativa da coisa julgada, portanto, utilizando-nos mais uma vez da expressão trazida por Pontes de MIRANDA<sup>176</sup>, referente à situação em que se promova a “renovação da lide”. Neste processo, donde com a preclusão surge a contradição de julgados, a autoridade da coisa julgada precedente importaria em matéria preliminar ao mérito, pois a procedência da alegação obstaría a apreciação do pedido (art. 267, V, do CPC).

---

<sup>174</sup> MOREIRA, 1967, p. 94-95.

<sup>175</sup> BARIONI, 2010, p. 96.

<sup>176</sup> MIRANDA, 1996, p. 133.

Também pode ocorrer de a coisa julgada ser desafiada em sua função positiva. É o caso de por via incidental desobedecer-se o comando anteriormente firmado em via principal. Trata-se do exemplo trazido da ação de alimentos posterior à declaratória de paternidade.

Dessa maneira, apenas o conflito prático de julgados encontra óbice na autoridade da coisa julgada, como já destacava Giuseppe CHIOVENDA:

Os princípios da coisa julgada excluem, por consequência, por si mesmos, só o conflito prático dos julgados, isto é, decisões diversas relativamente à própria ação, portanto praticamente incompatíveis. Não visam eles, porém, nem prescrevem nenhum remédio ao simples conflito teórico dos julgados, quer dizer, ao caso de decisões logicamente incompatíveis, mas praticamente conciliáveis.<sup>177</sup>

Também é certo que o ordenamento jurídico vê com muito mais censura a contradição prática de julgados do que a situação de incompatibilidade puramente lógica. Nesse ponto, imprescindível a citação de José Carlos Barbosa MOREIRA:

Ademais – e aqui se toca o nervo da questão –, o ordenamento jurídico em regra se esforça ao máximo por evitar a contradição prática dos julgados, mas não se inquieta no mesmo grau com a contradição puramente lógica ou teórica. O que a lei não quer, acima de tudo, é que uma decisão judicial negue a determinada pessoa o ‘bem da vida’ que outra decisão lhe atribuiu, ou vice-versa. Em perspectiva diferente, caberia dizer que a ‘regra jurídica concreta’ disciplinadora de certa relação não pode ter ora tal teor, ora teor contrário. A uniformidade, por esse ângulo, é essencial à certeza do direito, à segurança da vida social; e garanti-la é justamente função precípua do instituto da coisa julgada. Que este pronunciamento, entretanto, adote premissas lógicas incompatíveis com as daquele outro, semelhante eventualidade não a encara o ordenamento com igual repulsa. Pode considerá-la, e não raro a considera, pouco desejável; pode mesmo criar, e costuma fazê-lo, expediente vários para impedi-la ou remedia-la. Mas entre eles não se incluirá necessariamente o da extensão da *auctoritas rei iudicatae* – que corresponde a preocupação de outra ordem – aos motivos da sentença em geral e à solução das questões prejudiciais em especial. É que os inconvenientes práticos de semelhante orientação tem-se mostrado, a olhos agudos, mais nítidos que as suas possíveis vantagens, sem falarmos no interesse que há em pôr a salvo certos princípios, que a aceitação do alvitre feriria de morte.<sup>178</sup>

A despeito de todas as oportunidades de alegar-se a ofensa à coisa julgada e da ampla liberdade do magistrado em efetivar a sua proteção, ainda assim é possível a ocorrência destes conflitos práticos de julgados.

Atenta a esta possibilidade, a legislação processual brasileira garante o direito de se pleitear a desconstituição da sentença posterior quando esta “ofender a

---

<sup>177</sup> CHIOVENDA, 1998, p. 497.

<sup>178</sup> MOREIRA, 1967, p. 95-96.

coisa julgada”, prevendo meio processual adequado a se obter esta tutela. Trata-se da Ação Rescisória com fundamento no art. 485, IV, do CPC. E desta se falará mais atentamente no próximo item.

### **3.2 A resolução do conflito**

O art. 485 do CPC prevê as hipóteses de cabimento da Ação Rescisória no direito brasileiro. Esta constitui o meio típico de rescisão dos julgados quando a sentença possui vícios ditos rescisórios, que são os taxativamente elencados nos incisos do artigo. A ação rescisória presta-se ao desfazimento da coisa julgada material e é, portanto, ação constitutiva negativa (desconstitutiva).

De início, cabe observar que o instituto da ação rescisória não ofende a coisa julgada. De outra forma busca conviver harmonicamente com esta, visando a corrigir, excepcionalmente, eventuais equívocos que possam ter sido cometidos, ou que assim se tornaram após a prolação de alguma decisão. Como explica Zaiden GERAIGE NETO, “naturalmente, não se trata da regra, mas de exceção, tanto que, sendo seu manejo possível e procedente, provavelmente a coisa julgada estava a acobertar algo totalmente antijurídico e inconcebível.”<sup>179</sup>

É descabido tratar a Ação Rescisória como recurso, pois esta não atende ao requisito da taxatividade recursal. Além disso, como pontua Coqueijo COSTA, “a rescisória é remédio para a prestação jurisdicional já entregue, o recurso é o para a prestação apenas apresentada”<sup>180</sup>. Possui, noutro sentido, natureza jurídica de ação autônoma de impugnação, com causa de pedir, pedido e partes próprias, que provoca a instauração de nova relação jurídica processual.<sup>181</sup>

Diz o inciso IV do art. 485, do CPC, que a sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando “ofender a coisa julgada.” Tal ofensa diz respeito ao conflito prático de julgados, já que o conflito puramente teórico não afeta propriamente a autoridade da coisa julgada material, como visto no item anterior.

---

<sup>179</sup> GERAIGE NETO, 2009, p. 14.

<sup>180</sup> COSTA, 1986, p. 15.

<sup>181</sup> DIDIER JR., 2010b, p. 359.

A Ação Rescisória instaura relação processual independente do processo, que se pretende atacar. Sendo seu fundamento completamente autônomo, inexistente a exigência de que a questão da coisa julgada tenha ou não sido levantada ou apreciada com o processo em andamento<sup>182</sup>, diferentemente do que se observa em direito comparado<sup>183</sup>. Mesmo o juiz da causa proferindo decisão interlocutória afastando a alegação ainda assim é cabível a rescisória.<sup>184</sup>

Como prescreve o art. 488, I, do CPC, é facultado ao autor da demanda cumular o pedido de desconstituição do julgado (juízo rescindente), se for o caso, com o de novo julgamento da causa (juízo rescisório).

No caso da violação à coisa julgada em sua função negativa, apenas será possível o pedido de rescisão, porque o simples proferimento de nova decisão no tema igualmente violaria o julgado anterior. Já no caso de mácula a função positiva, é cabível a cumulação dos pedidos rescindente e rescisório, uma vez que ocorreu ofensa a autoridade da coisa julgada pelo sentido da decisão e não pelo simples proferimento desta. Caberá ao Tribunal competente avançar e proferir o julgamento, agora respeitando a vinculação da coisa julgada. É como ensina Coqueijo COSTA:

O *iudicium rescindens* restitui ao Estado a prestação jurisdicional que ele entregara desconstituindo-a. As partes voltam ao *status quo ante*, como se a decisão rescindenda não tivesse existido, restabelecendo-se a relação processual. Em seguida, se for o caso, o Estado, pelo *iudicium rescissorium*, entre a prestação jurisdicional de que volta a ser devedor. Reconstitui juridicamente a solução da lide.<sup>185</sup>

Observação pertinente é que em se tratando de violação à função negativa da coisa julgada material, há interesse processual no manejo da rescisória mesmo que a segunda sentença seja idêntica a primeira, tanto pelo vencido quanto pelo vencedor. É certo que eventual juízo rescindente dará eficácia a igual provimento judicial, no entanto basta pensar em juros de mora ou na incidência dos

---

<sup>182</sup> MOREIRA, 2008, p.130.

<sup>183</sup> “Na Itália e no México, a hipótese [da violação à coisa julgada] dá ensejo, respectivamente, a revocazione (art. 395, 5, CPC) e à acción de nulidad (art. 737-A, CPC), desde que a exceção de coisa julgada não tenha sido decidida durante o processo. Essa exigência, embora não conste do ordenamento português é apontada pela doutrina lusitana para o cabimento do recurso de revisão com fundamento na ofensa à coisa julgada (art. 771.º, g, CPC). No CPC francês, o tema dá ensejo ao recurso de cassação e não ao recurso de revisão (art. 617), ainda que a alegação haja sido rejeitada no processo precedente, enquanto no direito argentino os códigos de procedimento de diversas províncias estabelecem que a violação à coisa julgada material deve ser argüida como matéria de defesa na execução.” (BARIONI, 2010, p. 95-96.)

<sup>184</sup> WAMBIER, 2007, p. 378.



prazos prescricionais atinentes ao direito subjetivo para constatar o erro da negativa de interesse.<sup>186</sup>

Dada sua tutela específica, a Ação Rescisória é meio processual adequado a dirimir todos os conflitos de coisas julgadas, desconstituindo a segunda sentença e dando eficácia ao julgamento precedente tomado de maneira válida.

No entanto, o art. 495, do CPC, prescreve prazo decadencial de apenas dois anos para exercício do direito à rescisão do julgado<sup>187</sup>. Problema jurídico relevante surge quando a ação não é proposta em tempo hábil para se desconstituir a segunda sentença, subsistindo, portanto, duas coisas julgadas não impugnadas conflitantes no tempo.

Este prazo, que na vigência do Código de Processo Civil de 1939 já foi de cinco anos por exegese de dispositivo do Código Civil de 1916<sup>188</sup>, será diminuído para um ano<sup>189</sup> com a promulgação do novo Código de Processo Civil que tramita no Congresso Nacional. A redução do lapso temporal disponível para se impugnar a segunda sentença e resolver o conflito de coisas julgadas, acaba tendo a consequência de aumentar o número de casos desse tipo.

A lei processual brasileira não traz solução óbvia para este problema, diferentemente, por exemplo, do Código de Processo Civil português, que contém em seu artigo 675<sup>o</sup> norma expressa determinando a prevalência da primeira decisão em relação à segunda<sup>190</sup>. Tal regra, como anota Egas Moniz de ARAGÃO, possui fortes raízes históricas, eis que presente na legislação portuguesa desde as

---

<sup>185</sup> COSTA, 1986, p. 15.

<sup>186</sup> MOREIRA, 1967, p. 73.

<sup>187</sup> Como anota José Carlos Barbosa MOREIRA: "A rigor, o que se extingue não é, aliás, o 'direito de propor ação rescisória': esse existirá sempre, como simples manifestação particular do direito de ação. Extingue-se, sim, o direito mesmo à rescisão da sentença viciada. (...) O direito à rescisão da sentença constitui exemplo típico de direito potestativo só exercitável pela via judicial." (MOREIRA, 1976, p. 204).

<sup>188</sup> Art. 178, §10º, VIII, da Lei n. 3.071 de 1º de janeiro de 1916, Código Civil de 1916: "Art. 178. Prescreve: (...) § 10. Em cinco anos: (...) VIII. O direito de propor ação rescisória de sentença de última instância."

<sup>189</sup> BARIONI, 2011, p. 230.

<sup>190</sup> "ARTIGO 675.º (CASOS JULGADOS CONTRADITÓRIOS) 1. Havendo duas decisões contraditórias sobre a mesma pretensão, cumprir-se-á a que passou em julgado em primeiro lugar. 2. É aplicável o mesmo princípio à contradição existente entre duas decisões que, dentro do processo, versem sobre a mesma questão concreta da relação processual." (Código de processo civil português. Disponível em: <http://www.portolegal.com/CPCivil.htm>. Acesso em 23 de junho de 2012)

Ordenações Filipinas<sup>191</sup>, das quais o ordenamento brasileiro já se desvinculou há muito.

### 3.3 Escolha da coisa julgada prevalente

Inicialmente é importante observar que o problema apresentado tem maior relevância no que se refere à violação ao aspecto negativo da coisa julgada, porque é somente daí que podem surgir sentenças sobre o mesmo conteúdo que conflitam entre si, não podendo-se executar qualquer delas sem afrontar diretamente o comando da outra.

No caso de conflito de coisas julgadas no aspecto positivo, a influência e a abrangência dos argumentos que serão aqui apresentados se torna mais limitada, uma vez que a segunda sentença não afronta o comando da primeira de maneira frontal e direta. Apesar do conflito, as sentenças podem coexistir de maneira independente. Um exemplo é a declaração de inexistência de um crédito conflitando com sentença que condena ao pagamento de juros referentes a esse crédito. Como explica José Carlos Barbosa MOREIRA, “nesta hipótese não é impossível deixar prevalecer ambos os vínculos, decorrentes da *auctoritas rei iudicatae* que as duas decisões obtiveram, até porque a segunda não gerou *res iudicata* sobre a obrigação principal.”<sup>192</sup>

Diferente é a situação inicialmente colocada, donde podem surgir provimentos judiciais completamente antagônicos e incompatíveis, como no caso de sentença que declare um crédito, e outra posterior que declare inexistir o mesmo crédito.

Inexistindo regra expressa destinada a dirimir o conflito de coisas julgadas neste caso extremo de impossibilidade do manejo da Ação Rescisória, coube à doutrina teorizar acerca da prevalência da primeira ou da segunda sentença e dos possíveis meios processuais para efetivação da escolha, não faltando argumentos para ambos os lados.

---

<sup>191</sup> ARAGÃO, 1992, p. 284.

<sup>192</sup> MOREIRA, 1976, p. 211.

Parcela considerável da doutrina entende prevalecer a primeira decisão<sup>193</sup>. Comumente se sustenta que a segunda é inexistente, por ser tomada ignorando a existência de pressuposto processual negativo (a coisa julgada). É como explica Zaiden GERAIGE NETO:

Deve prevalecer a primeira decisão, porque, no nosso sentir, ela é a única que existe, uma vez que, conforme dissemos anteriormente, sendo a coisa julgada pressuposto processual negativo, sua existência impede que prevaleça uma nova decisão juridicamente existente, em um novo processo que, ocorrendo fisicamente, não poderá gerar nova coisa regularmente julgada.<sup>194</sup>

Teresa Arruda Alvim WAMBIER traz também fundamentação diversa para chegar à mesma conclusão de inexistência do segundo provimento. Para a autora não há interesse de agir no manejo de ação que confronte coisa julgada anterior, entendendo que não estando preenchidas as condições da ação, não pode o juiz decidir o mérito, sob pena de, fazendo-o, proferir sentença juridicamente inexistente. Como meio processual de efetivação da prevalência da primeira sentença, aponta-se a propositura de ação, que não fica sujeita a qualquer prazo, para declarar a inexistência da sentença ofensora, sendo prescindível o manejo da Ação Rescisória mesmo dentro do prazo decadencial, apesar da letra da lei.<sup>195 e 196</sup>

Ambos os argumentos, no entanto, não se sustentam. Isso porque a verificação dos pressupostos processuais e das condições da ação não influem sobre o plano de existência das decisões judiciais.

Primeiramente, a verificação da existência do pressuposto processual negativo da coisa julgada se trata de vício que ataca o plano da validade do processo<sup>197</sup>. Durante o curso da ação, como destacado no Capítulo 2 desta monografia<sup>198</sup>, a ocorrência de coisa julgada pode levar apenas à extinção do processo (art. 267, V, do CPC). Não parece lógico conceber que, transitada em

---

<sup>193</sup> Conferir nesse sentido: NERY JUNIOR, 2006, p. 679; WAMBIER, 2008, p. 568; RIZZI, 1979, p. 129; BARIONI, 2010, p. 99-101; GERAIGE NETO, 2009, p. 52 e ALVIM, Thereza, 1985, p. 13.

<sup>194</sup> GERAIGE NETO, 2009, p. 52-53.

<sup>195</sup> WAMBIER, 2008, p. 568.

<sup>196</sup> “No momento, de lege lata, propugnamos pelo entendimento de que, apesar de elencada no art. 485, como motivo de rescisória, a sentença proferida em já havendo coisa julgada anterior, não fica sujeita ao prazo de dois anos, para ser expungida do universo jurídico, podendo, após esse lapso temporal, o legitimado, propor ação declaratória de nulidade do segundo acórdão ou sentença.” (ALVIM, Thereza, 1985, p. 13.)

<sup>197</sup> DIDIER JR., 2009, p. 228-229.

<sup>198</sup> Ver item “2.3 A autoridade da coisa julgada como questão prévia”.

julgado decisão que não reconheça tal vício, o processo passe a ser tido como inexistente desde a propositura da ação.

É certo que a sentença ofensiva à coisa julgada, apesar de eivada de vício formal, apresenta todo o núcleo essencial para que seja considerada sua existência no mundo jurídico<sup>199</sup>. É nesse sentido o ensinamento de José Carlos Barbosa MOREIRA: “A decisão que ofende a *res iudicata* nem é inexistente, nem sequer nula de pleno direito, mas apenas suscetível de desconstituição, por meio de recurso ou de ação impugnativa autônoma, conforme a opção de cada sistema jurídico.”<sup>200</sup>

Mesmo que se sustente que a verificação de coisa julgada anterior como pressuposto processual negativo, sem atuar no plano da existência, macule o novo processo de vício insanável e, portanto, deva prevalecer a primeira decisão, ainda assim o raciocínio pode ser contestado por outra ótica.

Suponha-se que os processos de onde surgirá conflito de coisa julgada, por deduzirem idêntica lide, sejam contemporâneos. Neste caso, não há dúvida que haverá litispendência entre as causas, já que o Código de Processo Civil nos parágrafos do art. 301 define pelo mesmo critério - da identidade de causas<sup>201</sup> - tanto a litispendência quanto a coisa julgada. Neste caso caberá a extinção do processo proposto por último com base no art. 267, V, do CPC, o mesmo dispositivo legal que fundamenta a extinção por violação da coisa julgada. Suponhamos, no entanto, que não houve a extinção do processo e a ação proposta por último transite em julgado e faça coisa julgada material.

Daí emerge situação peculiar. Num primeiro momento, o segundo processo era viciado, por se ter instaurado apesar da litispendência. Findo este, entretanto, torna-se viciado o primeiro, que estará em curso, apesar da coisa julgada.

Aplicando-se o raciocínio, que aqui se sustenta errôneo, de que a verificação de pressuposto processual negativo impediria a formação da coisa julgada, por coerência ter-se-ia de admitir que a primeira coisa julgada nem existiria

---

<sup>199</sup> TALAMINI, 2005, p. 155.

<sup>200</sup> MOREIRA, 1976, p. 209.

<sup>201</sup> Conferir item “**1.3.3 Limites da coisa julgada**” onde se fala dos limites objetivos da coisa julgada.

pela verificação da litispendência anterior. Essa situação poderia se agravar ainda mais se supuséssemos a ocorrência de perempção com relação ao primeiro processo, mas a digressão é desnecessária à compreensão da ideia.

Teresa Arruda Alvim WAMBIER, atenta a esta situação, diferencia a coisa julgada no regime jurídico dos pressupostos processuais:

A situação e o regime jurídico dos pressupostos processuais negativos (litispendência e coisa julgada) é, pois, neste particular, *diversa*. Isto porque o intuito do legislador, ao tornar defeso que se proponham concomitantemente ou sucessivamente duas ações idênticas (*rectius*, mesmas ações), foi o de evitar decisões contraditórias. Ora, findo o segundo processo, se o primeiro chegar ao fim também (ambos com sentenças de mérito), aí sim é que haverá *decisões contraditórias* e a frustração da intenção da lei.<sup>202</sup>

Já Cássio Scarpinella BUENO enuncia que é justificada a sobreposição da coisa julgada em relação à litispendência no caso, dada a proteção constitucional conferida à coisa julgada.<sup>203</sup> Apesar do coerente raciocínio no ponto, somos obrigados a discordar, pois de *lege lata*, não parece haver embasamento legal para tal diferenciação entre coisa julgada e litispendência no regime jurídico dos pressupostos processuais negativos.

Já em relação às condições da ação, a própria tomada da premissa de que estas vinculam a existência ou inexistência das sentenças ocasionaria diversas anomalias em todo o sistema processual, ainda mais levando-se em conta como é tênue em diversas ocasiões a própria distinção entre o mérito e as condições da ação<sup>204</sup>. Tal concepção permitiria a impugnabilidade a qualquer tempo de qualquer sentença de mérito, ao fundamento de sua inexistência, por conta de falta de condição da ação, ocasionando a completa instabilidade e imprevisão de todo o sistema processual.

Outro motivo comumente levantado para afastar a incidência da segunda sentença é o da própria proteção constitucional conferida à coisa julgada: se até mesmo a lei não pode retroagir em desfavor dela, como é do teor do art. 5º, XXXVI, da CF, muito menos poderia outra coisa julgada se sobrepor à decisão anterior.<sup>205</sup>

---

<sup>202</sup> WAMBIER, 2008, p. 569.

<sup>203</sup> BUENO, 2011, p. 378.

<sup>204</sup> DIDIER JR., 2009, p. 180.

<sup>205</sup> WAMBIER, 2006, p. 309.

Tal argumento também não procede. A circunstância de a coisa julgada estar estabelecida como garantia constitucional não permite a conclusão de que deva prevalecer a primeira sentença. Primeiro, porque, a rigor, haverá duas coisas julgadas, e o prestígio constitucional é atribuído a ambas<sup>206</sup>, de forma que o argumento acaba por redundar na lógica tautológica da prevalência da primeira decisão pelo motivo desta ter sido a primeira. Em segundo lugar, como anteriormente dito, cabe ao legislador infraconstitucional o delineamento do regime jurídico da coisa julgada, estabelecendo suas hipóteses de ocorrência, limites, modo de operar e etc. é competência do legislador definir inclusive os meios processuais de proteção à coisa julgada, como é a Ação Rescisória com fundamento no inciso IV do art. 485 e, por óbvio, estabelecer os limites a tais meios<sup>207</sup>.

E é clara a opção do legislador em fixar prazo decadencial para a rescisão do julgado ofensor, de modo que não se pode inferir o afastamento da segunda sentença irrevogável apenas pelo critério da garantia constitucional. Como explica Pontes de MIRANDA:

O sistema jurídico brasileiro concebeu a ação rescisória com fundamento na infração da coisa julgada como qualquer outra. O Código de Processo Civil de 1973 diminuiu para todas as ações rescisórias o prazo preclusivo, que se fez de dois anos. Assim, a despeito de ter precedido a sentença rescindível outra sentença que transitara em julgado, após a expiração do prazo preclusivo nada mais se pode fazer contra a posterior sentença, que ofendera a *res iudicata*. Ainda mais: pode advir terceira, quarta ou qualquer outra sentença que não respeite a coisa julgada, e nada mais se pode fazer contra a última sentença que era rescindível e deixou de ser.<sup>208</sup>

Pode-se dizer, todavia, que o vencedor da demanda tem a seu favor, além da garantia da coisa julgada, o direito adquirido.<sup>209</sup> Apontamos o equívoco da argumentação porque ignora que a autoridade da coisa julgada é cogente à ambas as partes não distinguindo vencedor e vencido, utilizar-se do instituto do direito adquirido para dirimir o conflito de coisas julgadas no tempo parece confundir esta com os efeitos da sentença. Some-se a isso ainda o fato de não ser a sentença que atribui à parte o direito, “a sentença apenas reconhece um direito. Portanto, a sentença favorável não significa ‘direito (material) adquirido’. Quando muito,

---

<sup>206</sup> TALAMINI, 2005, p. 157.

<sup>207</sup> TALAMINI, 2005, p. 156-157.

<sup>208</sup> MIRANDA, 1998, p. 214.

<sup>209</sup> WAMBIER, 2007, p. 379.

‘adquire-se’ a segurança processual da imutabilidade do comando. Mas isso é a própria coisa julgada – e assim se recai na objeção inicial.”<sup>210</sup>

Corrente doutrinária diversa entende pela prevalência da segunda sentença em detrimento da primeira<sup>211</sup>, solução que reputamos mais adequada, diante de duas considerações.

Primeiramente, se com o exaurimento do prazo do art. 495 do CPC, devesse prevalecer sempre a primeira decisão, razão não haveria em o sistema processual outorgar ação para rescindi-la<sup>212</sup>. Afinal, beira o absurdo pensar que a coisa julgada, que poderia ser desconstituída até determinado momento, simplesmente desaparece quando decai o direito à rescisão.<sup>213</sup> E como lembra José Carlos Barbosa MOREIRA: “a passagem da sentença, da condição de rescindível à de irrevocabível, não pode, é claro, diminuir-lhe o valor.”<sup>214</sup> Seria evidente contra-senso.

Mesmo que se entendesse pela necessidade de declarar a inexistência/invalidade da segunda decisão a qualquer tempo, ainda assim o art. 485, IV, do CPC parece perder completamente a utilidade, pois não há sentido em conferir prazo para rescisão de sentença que pode ser a todo momento atacável.<sup>215</sup>

Dessa forma, não nos parece coerente com a dinâmica do sistema processual de revisão da coisa julgada, legitimamente construído pelo legislador infraconstitucional, a ideia de não se fazer valer o prazo decadencial do art. 495, do CPC para a hipótese. A Ação Rescisória é o meio típico de desconstituição da coisa julgada na hipótese de conflito e isso não pode ser diminuído.

Em segundo lugar, outra consideração que merece relevo é a de que na falta de uma regra expressa em outro sentido, como observa Eduardo TALAMINI, “vale o princípio geral aplicável a todos os campos do direito público destinado à

---

<sup>210</sup> TALAMINI, 2005, p. 157.

<sup>211</sup> Conferir nesse sentido: MARINONI, 2011, p. 653; THEODORO JÚNIOR, 2009, p. 701; MOREIRA, 1976, p. 209; ARAGÃO, 1992, p. 285; MIRANDA, 1998, p. 213; DIDIER JR., 2010b, p. 395-396 e TALAMINI, 2005, p. 155-158.

<sup>212</sup> ARAGÃO, 1992, p. 285.

<sup>213</sup> MARINONI, 2011, p. 653.

<sup>214</sup> MOREIRA, 1976, p. 209.

<sup>215</sup> MIRANDA, 1998, p. 213.

solução de conflito entre comandos jurídicos: o ato posterior prevalece sobre o anterior (critério da 'temporalidade')."<sup>216</sup>

De todo modo, é certo que a solução definitiva deste impasse demandaria regra expressa aprovada pelo legislador infraconstitucional, num ou noutro sentido, e, infelizmente, o projeto do novo Código de Processo Civil não toma partido nesse ponto, mantendo a lacuna normativa. Seria possível tanto a opção pela oponibilidade da coisa julgada a qualquer tempo nesses casos, quanto a opção expressa pela segunda decisão, ou mesmo a completa retirada da violação à coisa julgada como fundamento da Ação Rescisória, no sentido de conferir à primeira decisão a prevalência desde a ofensa independentemente de impugnação específica. No entanto, de *lege lata*, parece mais razoável a prevalência da segunda decisão pelos motivos já expostos.

---

<sup>216</sup> TALAMINI, 2005, p. 156.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de conclusão ficam os seguintes registros:

1. O instituto da coisa julgada, reconhecido e protegido pela Constituição Federal (art. 5º, XXXVI), é legítima manifestação do princípio da segurança jurídica, que, por sua vez, constitui elemento essencial ao próprio Estado de Direito. A imodificabilidade das decisões conferida pela coisa julgada configura verdadeiro exemplo de tutela da confiança dos cidadãos nos atos emanados do Estado.

2. O vocábulo “coisa julgada”, como colocado no art. 5º, XXXVI, da CF, refere-se tanto à coisa julgada em concreto como à coisa julgada em abstrato. Se está a proteger o caso julgado que envolve direitos subjetivos e o próprio instituto da coisa julgada considerado objetivamente no ordenamento. Em concreto, é descabido que a lei modifique ou prejudique qualquer decisão judicial acobertada pela coisa julgada. Já em abstrato, a coisa julgada corrobora em si *status* de garantia constitucional, de forma que lei que institua a possibilidade de revisão das decisões judiciais por qualquer dos Poderes é manifestamente inconstitucional. Considerando ainda que a coisa julgada expressa a necessidade de estabilidade das decisões judiciais, se há sentido em garantir a sua imodificabilidade diante do Legislativo, é mais evidente ainda a imprescindibilidade de se tutelar a sua proteção em relação ao próprio Judiciário. Desta forma, não cabe ao aplicador da lei negar eficácia ao instituto.

3. Apesar da intangibilidade de seu núcleo essencial, é tarefa do legislador infraconstitucional a definição do regime jurídico da coisa julgada, sendo importante que a lei defina o campo de incidência, as condições para formação, os limites objetivos e subjetivos, meios de sua revisão e etc.

4. A coisa julgada pode ser descrita como uma manifestação de cunho processual, traduzida numa qualidade que se agrega aos efeitos da sentença, tornando imutável o comando que emerge do provimento judicial. Portanto, a coisa julgada nada tem a ver com os efeitos da sentença. Estes podem ser, inclusive, em regra, dispostos pelas partes. Já a autoridade da coisa julgada é irrenunciável, impedindo que as partes, mesmo que assim acordem, retornem ao judiciário com a lide anteriormente decidida.

5. A coisa julgada material é a única apta a propagar consequências jurídicas para fora do processo em que se origina (eficácia extraprocessual e endoprocessual), configurando, em essência, a autoridade da coisa julgada. Apenas acoberta sentença de mérito tomada em cognição exauriente, através de processo judicial, quando transita em julgado. Já a coisa julgada formal tem como pressuposto apenas o trânsito em julgado, projetando a imutabilidade da decisão somente nos limites do processo em que surge (apenas eficácia endoprocessual).

6. A autoridade da coisa julgada manifesta-se, em regra, apenas entre as partes do processo em que é produzida, imutabilizando unicamente a parte dispositiva da sentença. Objetivamente, encontra limites no pedido e na causa de pedir deduzidas, blindando o comando da decisão de duas maneiras diversas: a função negativa, que impede que questão principal já decidida em determinado processo seja novamente julgada como questão principal; e a função positiva, que, de outra forma, atua quando questão principal decidida e transitada em julgado retorna ao Judiciário como questão incidental, vinculando o julgador ao teor do que fora assentado na demanda anterior. Transitada em julgado a decisão final (seja ela sentença ou acórdão) e sendo esta acobertada pela coisa julgada, as partes devem submeter-se à sua autoridade.

7. Em novo processo onde ocorra a ofensa a sua autoridade (seja em sua função negativa ou positiva), a coisa julgada poderá ser invocada por qualquer dos sujeitos processuais a qualquer tempo e grau de jurisdição, pois é matéria de ordem pública (art. 267, §3º, do CPC).

8. A questão da violação à coisa julgada surgirá no processo como questão prévia, necessariamente antecedendo logicamente a resolução de uma questão subordinada (na maioria dos casos a questão principal do processo). Será questão preliminar quando de sua resolução depender a admissibilidade da questão subordinada. É o caso da violação à função negativa da coisa julgada, donde o juízo de procedência da alegação acarretará a inarredável consequência da extinção do processo sem resolução de mérito (art. 267, V, do CPC). Será questão prejudicial quando de sua resolução depender o teor e sentido do julgamento da questão subordinada. É o caso da ofensa à função positiva, donde o juízo de procedência da alegação de existência de coisa julgada no ponto vinculará, em parte ou no todo, a resolução da questão subordinada.

9. Apesar de todos os meios postos objetivando a proteção autoridade da coisa julgada contra a propositura e julgamento de nova demanda que a desafie, o sistema processual brasileiro não possui um impedor absoluto ao conflito de coisas julgadas no tempo. Tanto é assim, que existe previsão legal para resolução do conflito de coisas julgadas no art. 485, IV, do CPC, que prevê a “ofensa à coisa julgada” como hipótese de cabimento da Ação Rescisória.

10. O conflito prático de coisas julgadas no tempo pode ocorrer pelo desafio à função negativa, quando é proposta demanda idêntica a anteriormente julgada e o processo não é extinto sem resolução de mérito, sobrevivendo nova sentença de mérito transitada em julgado; ou pela ofensa à função positiva, quando sobrevém decisão que não observa o comando anteriormente colocado com força de coisa julgada.

11. O manejo da Ação Rescisória serve à resolução das duas hipóteses colocadas. No primeiro caso (conflito por ofensa à função negativa) haverá apenas o juízo rescindente (de desconstituição do julgado), enquanto no segundo (conflito por ofensa à função positiva) haverá tanto o juízo rescindente, quanto o juízo rescisório (de rejuízo da demanda), uma vez que deve-se corrigir a sentença no sentido da decisão anteriormente julgada.

12. Problema de relevo surge quando transcorridos dois anos do trânsito em julgado da decisão ofensora, decai o direito à Ação Rescisória e esta não foi movida para desconstituir o segundo julgado. Inexiste solução expressa no ordenamento para essa hipótese, de forma que a lacuna normativa é evidente. Visando a dirimir o conflito de julgados possivelmente antagônicos encontra-se posicionamento doutrinário tanto em favor da prevalência da primeira decisão quanto da segunda. Pela insuficiência de argumentos em favor da manutenção da eficácia da primeira decisão, nos filiamos a corrente que entende valer a segunda, por esta opção demonstrar maior harmonia com a sistemática processual de revisão da coisa julgada e pela aplicação do postulado geral de que a norma jurídica superveniente no tempo revoga a norma jurídica anterior. De todo modo, é certo que a solução definitiva deste impasse demanda previsão legal expressa. O projeto do novo Código de Processo Civil, que ora tramita no Congresso Nacional, contudo, não traz solução para o problema.

## REFERÊNCIAS

- ALVIM, Arruda. **Ação rescisória: repertório de jurisprudência e doutrina** / Arruda Alvim, Teresa Arruda Alvim Pinto. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1988. (ARRUDA, Alvim, 1988)
- ALVIM, Thereza. Notas sobre alguns aspectos controvertidos da ação rescisória. **Revista de Processo**. n. 39, p. 7-15, julho-setembro de 1985. (ALVIM, Thereza, 1985)
- \_\_\_\_\_. **Questões prévias e os limites objetivos da coisa julgada**. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 1977. (ALVIM, Thereza, 1977)
- ARAGÃO, Egas Moniz de. **Sentença e coisa julgada: exegese do código de processo civil (arts. 444 a 475)**. Rio de Janeiro: Aide Ed, 1992. (ARAGÃO, 1992)
- ATALIBA, Geraldo. **República e constituição**. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007. (ATALIBA, 2007)
- ÁVILA, Humberto. **Teoria da igualdade tributária**. São Paulo: Malheiros, 2008. (ÁVILA, 2008)
- \_\_\_\_\_. **Teoria dos princípios**. 10ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009. (ÁVILA, 2009)
- BARIONI, Rodrigo. **Ação rescisória e recursos para os tribunais superiores**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010. (BARIONI, 2010)
- \_\_\_\_\_. Alguns apontamentos sobre a ação rescisória no projeto do novo código de processo civil. In: **Revista de Informação Legislativa**, n. 190, p. 221-235 abr/jun 2011. (BARIONI, 2011)
- BARRAL, Welber Oliveira. **Metodologia da pesquisa jurídica**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003. (BARRAL, 2003)
- BERMUDES, Sergio. **Direito processual civil: estudos e pareceres; 3ª série**. São Paulo: Saraiva, 2002. (BERMUDES, 2002)
- \_\_\_\_\_. **Direito processual civil: estudos e pareceres; 2ª série**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1994. (BERMUDES, 2002)
- BUENO, Cássio Scarpinella. **Curso sistemático de processo civil. Vol. 2, tomo 1**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010. (BUENO, 2010)
- \_\_\_\_\_. **Curso sistematizado de processo civil. Vol. 5**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. (BEUNO, 2010)
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional**. Coimbra: Livraria Almedina, 1993. (CANOTILHO, 1993)
- CHIOVENDA, Giuseppe. **Instituições de direito processual civil**. Campinas: Bookseller, 1998. (CHIOVENDA, 1998)
- COSTA, Coqueijo. **Ação rescisória**. 4ª ed. São Paulo: LTr, 1986. (COSTA, 1986)
- DIDIER JR., Fredie. **Curso de direito processual civil. Vol. 1**. 11ª ed. Salvador: Juspodium, 2009. (DIDIER JR., 2009)

\_\_\_\_\_, BRAGA, Paula Sarno e OLIVEIRA, Rafael. **Curso de direito processual civil. Vol. 2.** 5ª ed. Salvador: Juspodium, 2010. (DIDIER JR., 2010a)

\_\_\_\_\_, DA CUNHA, Leonardo José Carneiro. **Curso de direito processual civil. Vol. 3.** 8ª ed. Salvador: Juspodium, 2010. (DIDIER JR., 2010b)

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Fundamentos do processo civil moderno.** São Paulo: Malheiros, 2001. (DINAMARCO, 2001)

FABRÍCIO, Adroaldo Furtado. **A ação declaratória incidental.** Rio de Janeiro: Forense, 1996. (FABRÍCIO, 1996)

FERNANDES, Antônio Scarance. **Prejudicialidade.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1988. (FERNANDES, 1988)

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional.** 34ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008. (FERREIRA FILHO, 2008)

GAJARDONI, Fernando da Fonseca. Sentenças inexistentes e querela nullitatis. In: **Revista Jurídica da Universidade de Franca.** Franca, ano 3, nº 5, p. 99-119, nov. 2000. (GAJARDONI, 2000)

GERAIGE NETO, Zaiden. **Ação Rescisória: o lento caminhar do direito escrito, comparado às rápidas transformações das sociedades contemporâneas.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009 – (Coleção estudos de direito de processo Enrico Tullio Liebman; v. 63). (GERAIGE NETO, 2009)

LIEBMAN, Enrico Tullio. **Eficácia e autoridade da sentença.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1981. (LIEBMAN, 1981)

LIMA, José Edvaldo Albuquerque. **Ação rescisória nos tribunais.** 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2005. (LIMA, 2005)

MARINONI, Luiz Guilherme. **Coisa julgada inconstitucional.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008. (MARINONI, 2008)

\_\_\_\_\_. **Processo de conhecimento.** Luiz Guilherme Marinoni / Sergio Cruz Arenhart. 10ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. (MARINONI, 2011)

\_\_\_\_\_. **Teoria geral do processo.** 3ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008. (MARINONI, 2008)

MARQUES, José Frederico. **Instituições de direito processual civil, v. IV.** Campinas: Millennium, 1999. (MARQUES, 1999)

\_\_\_\_\_. **Instituições de direito processual civil, v. V.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1963. (MARQUES, 1999)

MARTINS NETTO, Modestino. **Da ação rescisória cível e trabalhista.** Rio de Janeiro: Edições Trabalhistas, 1976. (MARTINS NETTO, 1976)

MARTINS, Francisco Peçanha. Ação rescisória e coisa julgada. Prazo para propositura da ação. In: **Revista de Direito Renovar**, n. 28, p. 15-36, jan/abr 2004. (MARTINS, 2004)

MIRANDA, Pontes de. **Comentários ao código de processo civil, tomo IV: arts. 282 a 443**. Rio de Janeiro: Forense, 1996. (MIRANDA, 1996)

\_\_\_\_\_. **Tratado da ação rescisória**. Campinas: Bookseller, 1998. (MIRANDA, 1998)

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Comentários ao código de processo civil, Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, vol. V: arts. 476 a 565**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008. (MOREIRA, 2008)

\_\_\_\_\_. **Comentários ao código de processo civil, vol. V: arts. 476 a 565**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1976. (MOREIRA, 1976)

\_\_\_\_\_. Eficácia da sentença e autoridade da coisa julgada. In: **Ajuris**, n.28, p. 15-31, julho, 1983. (MOREIRA, 1983)

\_\_\_\_\_. **Eficácia preclusiva da coisa julgada material no sistema do processo civil brasileiro**. Temas de Direito Processual. São Paulo: Saraiva, 1977. (MOREIRA, 1977)

\_\_\_\_\_. **O novo processo civil brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2007. (MOREIRA, 2007)

\_\_\_\_\_. **Questões prejudiciais e coisa julgada**. Tese de concurso para a docência livre de direito judiciário civil apresentada à congregação da faculdade de direito da UFRJ. Rio de Janeiro, 1967. (MOREIRA, 1967)

NERY JUNIOR, Nelson. **Código de processo civil comentado e legislação extravagante**. 9ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006. (NERY JUNIOR, 2006)

\_\_\_\_\_. **Princípios do processo na Constituição Federal**. 10ª ed. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2010. (NERY JUNIOR, 2010)

NICOLAU JUNIOR, Mauro. Investigação de paternidade procedente: coisa julgada material: prazo para ação rescisória expirado. ação negatória de paternidade: exame de dna negativo. qual prevalece?. **Ajuris Porto Alegre, Associacao dos Juizes do RS**, v.85, n.1, p. 273-310, mar. 2002. (NICOLAU JUNIOR, 2002)

PORTELLA, Glória Maria G. de Pádua Ribeiro. A coisa julgada e a ação rescisória, na perspectiva do devido processo legal. In: **Revista de Direito Renovar**, n. 28, p. 93-106, jan/abr 2004. (PORTELLA, 2004)

RIZZI, Sérgio. **Ação rescisória**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais: 1979. (RIZZI, 1979)

SANTOS, Moacyr Amaral. **Comentários ao código de processo civil, vol. IV: arts. 332-475**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994. (SANTOS, 1994)

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 32ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009. (SILVA, J. A., 2009)

SILVA, Ovídio Baptista da. **Curso de processo civil, vol. 1**. 5ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001. (SILVA, O, B., 2001)

\_\_\_\_\_. **Sentença e coisa julgada; ensaios**. Porto Alegre: Fabris, 1979. (SILVA, O. B., 1979)

\_\_\_\_\_. Sobrevivência da querella nullitatis. In: **Revista Forense**, n.333, p. 115-122, jan-mar 1996. (SILVA, O. B., 1996)

TALAMINI, Eduardo. **A coisa julgada e sua revisão**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005. (TALAMINI, 2005)

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. (TAVARES, 2012)

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil – teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento**. 50ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. (THEODORO JÚNIOR, 2009)

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. **Nulidades do processo e da sentença**. 6ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007. (WAMBIER, 2007)

\_\_\_\_\_. **O dogma da coisa julgada: hipóteses de relativização** / Teresa Arruda Alvim Wambier, José Miguel Garcia Medina – São Paulo: Editoria Revista dos Tribunais, 2003. (WAMBIER, 2003)

\_\_\_\_\_. O princípio da fungibilidade sob a ótica da função instrumental do processo. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, SP, v. 93, n. 821, p. 39-74, 2004. (WAMBIER, 2004)

\_\_\_\_\_. **Recurso especial, recurso extraordinário e ação rescisória**. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008. (WAMBIER, 2008)

\_\_\_\_\_, MEDINA, José Miguel Garcia. Meios de impugnação das decisões transitadas em julgado. In: NASCIMENTO, Carlos Vaider do; DELGADO, José Augusto (Org.). **Coisa julgada inconstitucional**. Belo Horizonte: Fórum, 2006, p. 301-330. (WAMBIER, 2006)